

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAYKE DOUGLAS XAVIER DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE *OVERHEAD* NA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR**

Recife

2018

MAYKE DOUGLAS XAVIER DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE *OVERHEAD* NA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco para fins de obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a.Dra. Umbelina Cravo
Teixeira Lagioia

**Recife
2018**

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

L732u Lima, Mayke Douglas Xavier de

Um estudo sobre a influência dos níveis de *overhead* na captação de recursos das entidades do terceiro setor / Mayke Douglas Xavier de Lima. - 2018.

60 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Umbelina Cravo Teixeira Lagioia
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2018.

Inclui referências.

1. Captação de recursos. 2. Overhead. 3. Terceiro Setor. I. Lagioia, Umbelina Cravo Teixeira (Orientadora). II. Título.

657 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2018 – 083)

UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE *OVERHEAD* NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Mayke Douglas Xavier de Lima

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 28 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

Examinador Interno: Prof. Dr. Maurício Assuero de Lima Freitas

Examinadora Externa: Profa. Dra. Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todos que contribuíram para que este presente trabalho pudesse ser finalizado. Não se trata apenas de palavras escritas, técnicas utilizadas ou somente fruto de uma pesquisa de conclusão de curso. Este texto traz consigo a realização de um sonho, no qual pude realizar, onde sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

Sei que por trás de cada trabalho como este existe uma história de superação, de luta e de vitória, comigo não é diferente. Só Deus sabe o quão difícil esta trajetória foi para que eu chegasse até aqui, só ele sabe quantos livramentos eu passei para que hoje me tornar-se Mestre em ciências contábeis. Agradeço imensamente a papai do céu por ter colocados pessoas no meu caminho que contribuíram de maneira ímpar para ter conseguido meus objetivos.

Agradeço a minha mãe Valdirene, por me proporcionar condições para buscar conhecimento. Mesmo não tendo conseguido (até o momento, pois hoje ela é estudante de Serviço Social) alcançar os seus objetivos nos estudos, viu na minha formação a realização de um sonho antigo. Agradeço também de coração aos demais familiares pelo apoio recebido.

Agradeço também a minha inspiradora orientadora Profa. Umbelina, onde sem dúvida foi a maior incentivadora do meu mestrado. Uma pessoa de bom coração, onde me guiou a encontrar a profissão que estou apaixonado, que é ser professor. Espero contribuir para os meus alunos pelo menos um pouco do que esta professora conseguiu fazer comigo. Além de ser referência técnica e cientificamente, é a professora mais humana que pude conhecer ao longo da minha vida acadêmica.

Para meus colegas de turma, tenham aqui o meu “muito obrigado”, agradeço pelo companheirismo, pelas discussões, por estarmos sempre juntos ao longo desta caminhada, onde me sinto muito feliz por todos conquistarem seus objetivos. Tenham a certeza que o mestrado foi menos difícil por causa da companhia de vocês.

E por último, mas não menos importante, agradeço a minha querida esposa Jamiris, por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis, por ter contribuído muito para a minha formação. Agradeço por ter compreendido todo meu esforço e abdicado. Se não fosse você a minha vida seria muito mais difícil.

RESUMO

Este estudo objetiva verificar a relação entre a eficiência na aplicação de recursos, por meio dos níveis de overhead, e a captação de receitas através de doações das organizações brasileiras do terceiro setor, bem como analisar alguns fatores preponderantes que podem influenciar a eficiência destas organizações. Para compor a população foram selecionadas as organizações que tiveram suas demonstrações contábeis registradas na base de dados do CNES/MJ do período de 2010 a 2014, foram excluídas as organizações que por algum motivo não publicaram suas demonstrações em algum destes anos, por não possibilitar a análise temporal. Diante disto, a população foi composta por 158 organizações em período de 5 anos, compondo ao todo 790 observações. A *proxy* utilizada no estudo para mensurar a eficiência da aplicação de recursos é o nível de *overhead*, no qual é atribuído pela razão entre as despesas gerais e administrativas sobre as receitas auferidas por meio de doações. A análise foi realizada pela metodologia de regressão em painel com efeitos aleatórios, onde possível concluir que o índice de overhead se mostrou positivamente associado às doações recebidas, no qual se comportou de maneira contrária ao esperado. Este resultado pode ser explicado pelo fato das organizações alocarem mais recursos para área de publicidade e despesas para angariação de fundos, o que pode influenciar positivamente na arrecadação. Foi possível observar também que pelo fato da organização pertencer alguma religião, ela se torna menos eficiente na aplicação dos recursos, por serem menos fiscalizada e receberem menos pressão pelos financiadores. A idade da organização se comportou inversamente ao índice de *overhead*. Em média as organizações mais velhas tendem a possuir menores gastos nas despesas gerais e administrativas.

Palavras-chaves: Captação de Recursos. *Overhead*. Terceiro Setor.

ABSTRACT

The objective of this study was to verify the relationship between the efficiency in the application of resources, through the levels of overhead, and the collection of revenues, through donations of the Brazilian third sector entities, as well as to analyze some preponderant factors that can influence the efficiency of organizations. In order to compose the sample, the entities that had their accounting statements recorded in the CNES / MJ database for the period from 2010 to 2014 were selected, those entities that for some reason did not publish their statements in any of these years, for not allowing the temporal analysis. In view of this, the sample consisted of 158 entities over a period of 5 years, comprising 790 observations. The proxy used in the study to measure resource efficiency is the level of overhead, which is attributed by the ratio between general and administrative expenses on personal income through donations. The analysis was performed using the random regression panel regression methodology, where it was possible to conclude that the overhead index was positively associated with the donations received, in which it behaved contrary to expectations. This result can be explained by the fact that the entities allocate more resources to the publicity area and expenses for fund raising, which can positively influence the collection. It was also possible to observe that because the entity belongs to some religion, it becomes less efficient in the application of the resources, because they are less supervised by the financiers. The age of the organization behaved inversely to the overhead index. On average, older organizations tend to have lower overhead and administrative expenses.

Keywords: Fund-raising. Overhead. Third Sector.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de ONGs no Brasil	15
Gráfico 2 - Número de empregos nas OSCs	20
Gráfico 3 - Associação Entre Overhead – Doação – Setor de Atuação	49
Gráfico 4 - Relação Overhead-Doação-Região	50
Gráfico 5 - Quantidade de Ongs por região	50
Gráfico 6 - Relação Overhead-Doação-Receita com Governo	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de fontes de recursos para entidade sem fins lucrativos	16
Quadro 2 - Divisão do mundo social	24
Quadro 3 - Comportamento esperado das variáveis do modelo 3.....	39
Quadro 4 - Comportamento esperado das variáveis do modelo 4.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimador de efeitos fixos do 1º modelo	43
Tabela 2 - Estimador de efeitos aleatórios do 1º modelo	43
Tabela 3 - Regressão painel modelo 1 - variável dependente Lndoação.	44
Tabela 4 - Estimador de efeitos fixos do 2º modelo	45
Tabela 5 - Estimador de efeitos aleatórios do 2º modelo	45
Tabela 6 - Matriz de correlação das variáveis independentes do modelo 2	46
Tabela 7 - Painel efeitos aleatórios (GLS) 2º modelo	47
Tabela 8 - Painel efeitos aleatórios (GLS) do modelo 3	48
Tabela 9 - Estimador de efeitos fixos do modelo 4.....	52
Tabela 10 - Estimador de efeitos aleatórios modelo 4.....	52
Tabela 11 - Matriz de correlação das variáveis independentes do modelo 4	53
Tabela 12 - Painel com efeitos aleatórios – modelo 4	53

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNES	Cadastro Nacional de Entidades Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
ESFL	Entidade Sem Fim Lucrativo
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITG	Interpretação Técnica Geral
MJ	Ministério da Justiça
MOSC	Mapa das Organizações das Sociedades Cíveis
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização não governamental
OSC	Organização de Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
RFB	Receita Federal do Brasil
UPF	Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização Do Problema	16
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Objetivos Gerais	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 Justificativa	19
1.4 Delimitação da Pesquisa	21
1.5 Estrutura da Dissertação	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 Os Três Setores da Sociedade	23
2.2 Teorias Econômicas Sobre o Surgimento do Terceiro Setor	26
2.2.1 Teoria dos Bens Públicos	26
2.2.2 Teoria das Falhas do Contrato	28
2.3 Teoria da Dependência de Recursos	29
2.4 Teoria dos Fundos	31
2.5 Estudos Anteriores	32
3 METODOLOGIA	35
3.1 Amostragem e Coleta de Dados	35
3.2 Mensuração das Variáveis	36
3.3 Ferramentas de Análise da Influência do <i>Overhead</i> nas Doações	37
3.4 Ferramentas de Análise dos Fatores Preponderantes do <i>Overhead</i>	40
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
4.1 O Impacto do <i>Overhead</i> nas Doações	43
4.2 Associação com o Setor de Atuação	48
4.3 Associação com a Região	49
4.4 Análise dos Possíveis Fatores Preponderantes do Nível de <i>Overhead</i>	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Ramos, Lima e Linhares (2010) muitos autores, ao contextualizar os agentes econômicos e sociais, adotam a divisão clássica entre Estado, como agentes públicos para fins públicos, e mercado, como agentes privados para fins privados. Seriam esses os dois Setores da sociedade.

Com o capitalismo a economia desenvolveu um conceito de acumulação de capitais, que proporcionou o surgimento da concorrência e das iniciativas privadas, que buscam aperfeiçoar ao máximo a utilização de recursos no mercado. Esse modelo de economia tende a ficar evidente na disparidade do acúmulo de propriedades e renda pela sociedade, empobrecendo uma fração e enriquecendo outra.

A conjuntura atual globalizada, de grande competitividade comercial, cria no Estado uma fragilidade no que diz respeito ao atendimento a necessidades da sociedade civil, uma vez que as atenções e esforços são voltados para outros segmentos econômicos. Com as desigualdades sociais, os governos não conseguem suprir os interesses coletivos. (CAMARGO et al, 2001).

O efeito do agravamento das desigualdades sociais e da incapacidade do Estado de promover com eficácia a justiça social, desenvolveu um novo grupo denominado “Terceiro Setor”, de onde surgiram propostas alternativas para atender aos anseios dos indivíduos menos favorecidos (TENÓRIO, 2002).

Para Santos (2009), as organizações do terceiro setor desempenham um papel de destaque na sociedade, elas surgiram da intervenção de pessoas, que assumiram um papel social em prol da comunidade ou ainda, fortalecendo políticas sociais pré-existentes.

Salamon (1998) afirma que quatro crises e duas mudanças revolucionárias convergiram para diminuir a atuação do Estado e permitir o crescimento das entidades sem fins lucrativos:

- Crise de *Welfare State* (Estado do bem-estar social);
- Crise da alta do petróleo, que levou ao aumento da pobreza no mundo;
- Crise ambiental global;
- Crise do Socialismo;

- Crescimento econômico ocorrido nos anos 60 e início dos anos 70, que fortaleceu a classe média; e
- Revolução das comunicações, que possibilitou que as regiões mais remotas fossem alcançadas, e a comunicação, necessária para uma organização estruturada, como fator preponderante para o surgimento de ações coordenadas.

A origem das organizações do terceiro setor no Brasil e no mundo não é descrita de forma padronizada pelos autores, sendo datada em diversos momentos históricos da sociedade. Segundo Violin (2006) é impreciso o momento do aparecimento das entidades sem fins lucrativos.

Para Santos, Dorta e Silva (2010) as organizações do terceiro setor surgiram a partir dos movimentos sociais ocorridos principalmente na década de 1970 e 1980, época em que os movimentos ecológicos e de minorias como os de mulheres, indígenas e de minorias étnicas ganhavam notoriedade. Já para Abreu (2010) as entidades sem fins lucrativos não tiveram suas origens no século XX e XXI, mas sim data de um período mais antigo. Segundo a autora no mundo ocidental, elas surgiram a partir dos séculos XVI e XVII inicialmente com o cunho religioso. Posteriormente, no século XIX surgiram associações sindicais e patronais no qual deram origem aos partidos políticos.

Conforme Fischer e Falconer (1998), no Brasil, o fortalecimento das entidades sem fins lucrativos se deu através dos movimentos sociais de esquerda, no qual, surgiram, em sua grande maioria, na resistência contra a ditadura militar e eram apoiados por órgãos internacionais de defesa aos direitos humanos. Com o fim da ditadura ocorreu um aumento considerável de instituições, muitas entidades que estavam na clandestinidade ganharam forma e espaço na sociedade.

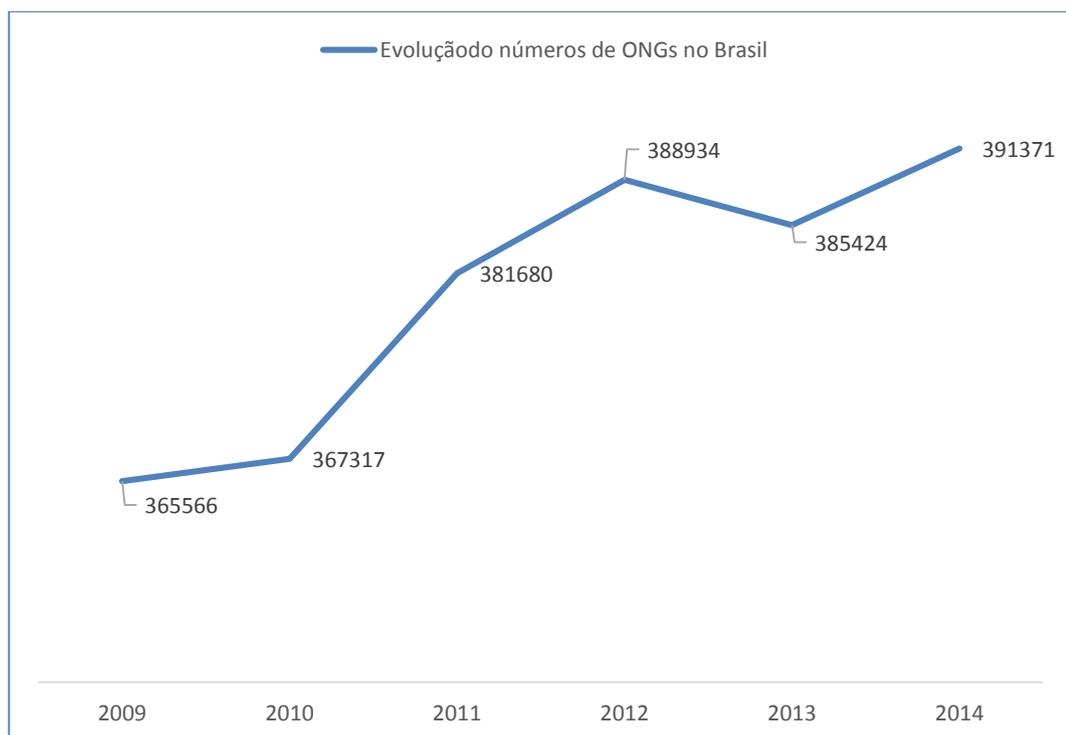
Segundo Smith (1991), a expressão “Terceiro Setor” começou a ser utilizada em 1970 nos EUA, para identificar o setor na sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou distribuição de bens e serviços públicos.

Para Dimaggio e Anheier (1990), é importante notar que, nas diferentes culturas nacionais, a denominação Terceiro Setor pode ser também conhecida como: “setor da caridade”, “setor independente”, “setor voluntário”, “organizações

não-governamentais (ONGs)”, “economia social”, “filantropia” etc., o que cria muitas dificuldades para pesquisas que visem a estabelecer relações de semelhança entre os setores, em cada país. Cada uma daquelas denominações enfatiza um único aspecto da realidade representada pelo “Terceiro Setor” e suas formas constituintes; e deixa de lado outros aspectos relevantes que poderiam também colaborar para explicar a dinâmica do setor.

No Brasil, as Entidades Sem Fins Lucrativos já representam um grande impacto na economia e nas políticas sociais existentes. O crescimento no número de organizações mostra importância do setor perante a sociedade. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as organizações ativas totalizaram 391.371 no ano de 2014, no qual vem de uma evolução considerável se comparado com anos anteriores, vide o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do número de ONGs no Brasil



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Atualmente as Entidades Sem Fins Lucrativos desempenham funções cada vez mais amplas e relevantes na sociedade moderna, desenvolvendo atividades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, educacional, científico, artístico, literário, recreativo, de proteção ao meio ambiente, esportivo, além de

outros serviços, devendo objetivar sempre a consecução de fins sociais. De um extremo ao outro do mundo são observadas as ações voluntárias organizadas através de associações, fundações e instituições que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e político das nações, voltadas à realização de inúmeras atividades não atendidas ou deixadas sob a responsabilidade do Estado.

1.1 Contextualização do Problema

Para as organizações não governamentais se manterem em atividade elas precisam ter uma boa política de captação de receitas, e uma boa gestão dos seus recursos. Segundo Ecer, Magro e Sarpça (2016) existem diversas formas das organizações sem fins lucrativos captarem recursos financeiros, como:

Quadro 1- Tipos de fontes de recursos para entidade sem fins lucrativos

Fonte Própria	As entidades cobram taxas simbólicas pelas prestações de serviços e comercialização de produtos.
Contribuições do Governo	O governo fornece recursos para as entidades realizarem seus projetos.
Apoio Público Direto	Doações realizadas por pessoas físicas, empresas, contribuições de fundações ou subsídios.
Apoio Público Indireto	Recursos recebidos por meio de campanhas de angariação de fundos federais, no qual as doações são repassadas aos fundos e somente depois são repartidas entre as associações.
Quotas de Adesão	Recursos recebidos por meio de assinatura de um newsletters, descontos sobre eventos e outras fontes de caráter contributiva para o recebimento de benefícios
Outras Receitas	Receitas não convencionais, como juros de empréstimo e rendimentos de aplicação financeira.

Fonte: ECER, MAGRO e SARPÇA (2016) (adaptado)

A captação de receitas pode ser determinada por diversos fatores, como o sucesso da organização, envolvimento da sociedade com a organização, boas práticas de governança e uma boa gestão dos recursos ofertados. Segundo Grasse, Whaley e Ihrke (2016) as organizações do terceiro setor devem tentar alcançar vários fluxos de receitas com o intuito de amenizar os riscos de sobrevivência.

Conforme Carroll e Stater (2009) o modelo convencional de finanças nas organizações sem fins lucrativos é que a diversificação de receitas é benéfica, dependente da expectativa de que a pluralidade dos fluxos de receitas reduz a vulnerabilidade financeira nas organizações.

Dentre todas alternativas, uma das principais fontes de receitas são as doações privadas, em que pessoas ou outras organizações com ou sem fim lucrativo, se sensibiliza com a causa defendida e investe recursos nas instituições para que o seu objetivo social seja cumprido. Gordon e Khumawala (1999) sugerem que vários fatores podem influenciar a decisão de fazer uma doação, dentre os quais incluem a preferência pela causa, filiação religiosa, crença pessoal no altruísmo e outros mais. Uma vez doador decidiu dar um certo montante a uma causa específica, as informações contábeis podem ser usadas para selecionar uma organização específica.

Trussel e Parsons (2008) investigaram nos Estados Unidos se algumas informações contábeis e financeiras são úteis e capazes de influenciar a decisão de um doador em alocar recursos para as organizações. A pesquisa se baseia em quatro tipos de informações para atingir seus objetivos: A eficiência, estabilidade financeira, *disclosure* de informações e reputação da organização. Como conclusão, os autores acharam que todos estes fatores podem exercer influência sobre doador. Em um contexto brasileiro, Cunha e Pereira (2012) buscaram saber se as informações consideradas úteis para os doadores conforme o estudo de Trussel e Parsons (2008) são divulgadas pelas organizações. O estudo mostrou que os dados divulgados são incipientes e incapazes de influenciar o doador conforme o estudo referenciado.

A eficiência nos gastos, mensurada no estudo de Trussel e Parsons (2008), se mostrou um bom influenciador para tomada de decisão dos financiadores. Parsons (2003) define eficiência como o grau em que as entidades do terceiro setor dirigem seus recursos disponíveis para a missão da organização.

Para Hyndman (2001) e Khumawala e Gordon (1997) a principal preocupação financeira dos doadores é a porcentagem de despesas dedicadas ao programa. Na literatura são encontradas algumas proxies para mensurar a eficiência, no qual se destacam:

- **Preço da doação:** Weisbrod e Dominguez (1986) define o preço de doação como o custo para o doador comprar um dólar de produtos para os beneficiários de uma organização. Dois fatores podem afetar para que o custo da doação seja diferente do valor doado, o primeiro é quando o custo da doação é menor devido a dedutibilidade no imposto de renda e o segundo é que os valores doados não vão em sua integridade para a missão da organização, sendo estes também alocado para as despesas gerais e administrativas;
- **Nível de gasto com o programa:** A proporção definida como a porcentagem total das despesas gastas no programa. (Baber, Robertse Visvanathan, 2001; Roberts, Smith e Taranto, 2003).
- **Índice de *Overhead*:** A despesa administrativa dividida pelas despesas totais. Greenlee e Brown (1999) usam uma medida semelhante, porém retiram as despesas com angariação de fundos para calcular a proporção.

Bowman (2006) observou que o índice de despesas gerais (*Overhead*), que é calculado pela soma das despesas gerais dividida pela receita total, é um fator determinante para o recebimento de doações. Uma das hipóteses suportada pelo autor é que os altos gastos nas despesas gerais e administrativas podem fornecer informações de que a organização não aloca os recursos de maneira eficiente para a sua atividade fim, acarretando a diminuição das fontes de receitas por meio de doações.

Segundo Pfeffer e Salancik (1978), a teoria da dependência de recursos sugere que as fontes de financiamentos estão associadas a diferentes níveis de controles externos. Conforme Kitching, Roberts e Smith (2012) os gestores devem reconhecer e responder adequadamente aos critérios de financiamento continuado para cada provedor chave. Logo, as organizações devem alocar seus recursos de maneira que satisfaça os seus financiadores.

Com isso a pesquisa tem o intuito de responder a seguinte questão: **Qual a relação entre o nível de eficiência na aplicação dos gastos e a captação de recursos financeiros por meio de doações das organizações sem fins lucrativos brasileiras?**

Para fins deste estudo, a eficiência será mensurada por meio dos níveis de *overheads*. Adicionalmente serão estudados alguns fatores que podem ser preponderantes para a organização alocar mais ou menos recursos para os seus objetivos sociais.

Com a formulação do problema de pesquisa, a hipótese a ser testada é a seguinte:

Hipótese nula: Os níveis de overhead estão negativamente associados ao recebimento de doações.

Hipótese Alternativa: Os níveis de overhead estão associados positivamente ao recebimento de doações.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivos Gerais

Verificar a relação entre a eficiência na aplicação de recursos, por meio dos níveis de *overhead* e a captação de receitas, por meio de doações das organizações brasileiras do terceiro setor.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a relação entre o nível de *overhead* e os recursos recebidos pelas organizações por meio de doação, tanto em capital como em outros ativos.
- Relacionar o nível de *overhead* com a região em que a entidade se encontra e o setor de atuação da organização;
- Verificar alguns fatores preponderantes que podem influenciar os níveis de *overhead* das instituições sem fins lucrativos.

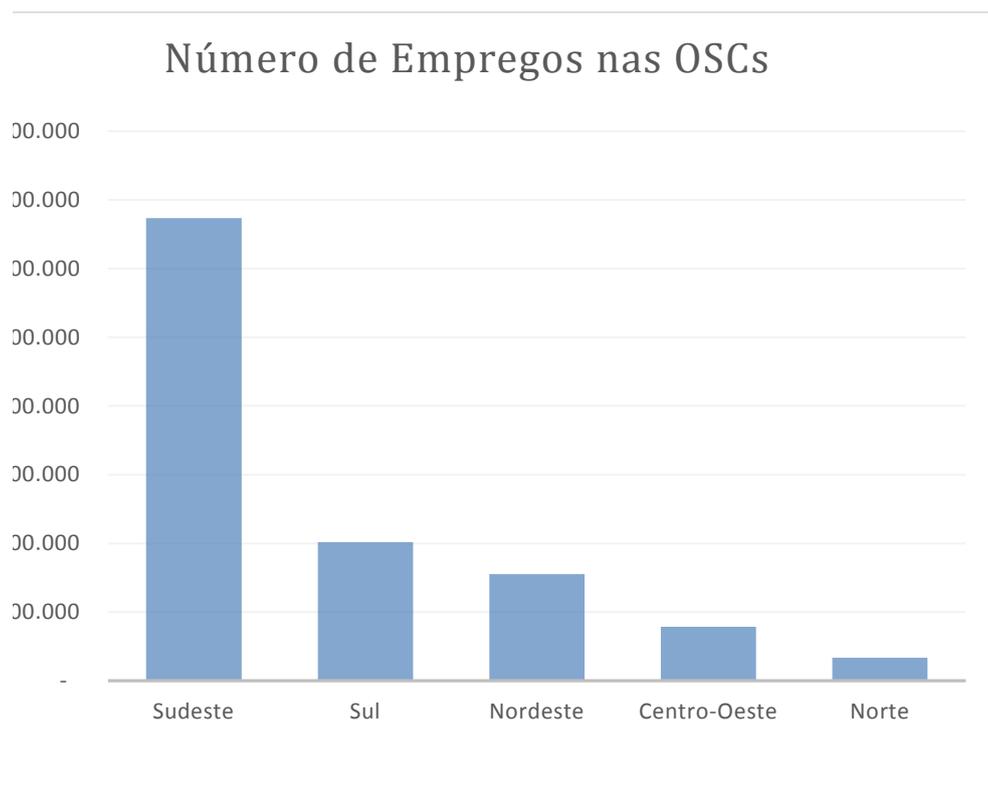
1.3 Justificativa

Espera-se com esta pesquisa contribuir para os estudos sobre as entidades do terceiro setor no Brasil, cobrindo uma lacuna encontrada na academia sobre fatores que podem ser incisivos na escolha do financiador em realizar doações para

uma instituição. Por outra ótica, esta pesquisa também pode alertar os gestores das entidades a gerir melhor seus recursos para maximizar a captação deles.

Estudar as Entidades Sem Fins Lucrativos no Brasil é importante pois o setor possui uma grande contribuição para economia. As doações privadas ao terceiro setor teve participação estimada no Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 de 13,7 bilhões de reais o que representa 0,23% do total (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2016). Além do índice de atividade da economia, o terceiro setor é responsável por proporcionar números expressivos de oferta de emprego formal. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2014 as instituições não lucrativas geraram mais de 2,2 milhões de postos de trabalho, sendo distribuído por região da seguinte maneira:

Gráfico 2- Número de empregos nas OSCs



Fonte: Ministério do trabalho (2014)

Estes números mostram a importância do setor para economia brasileira, o que justifica a preocupação e relevância em estudar estas organizações.

1.4 Delimitação Da Pesquisa

Esta pesquisa tem alguns fatores que podem limitar o poder de predição dos resultados. O primeiro deles é a defasagem temporal dos dados, no qual se deve a não atualização da base dados pelo Ministério da Justiça (MJ) devido a extinção legal do título de Utilidade Pública Federal (UPF), em que as organizações detentoras deste título eram obrigadas a prestar contas perante o referido órgão. Com isso as Entidades Sem Fins Lucrativos não mais submeterão suas informações financeiras, salvo se outra legislação a exigir. Por este motivo, esta pesquisa utilizará informações datadas até 2014.

Outro fator limitador é que estas informações são preenchidas pelas próprias organizações, no qual a maior parte delas não foram atestadas por uma auditoria independente. Grande parte dessas instituições não mantém sua contabilidade de forma estruturada, principalmente as entidades de menor porte devido ao custo considerável, alguns estudos relatam alguns problemas e limitações nos dados no contexto norte-americano como por exemplo Abramson (1995), Froelich, Knoepfle e Pollak (2000) e Jackson e Forgarty (2005).

Para Hager, Pollak e Rooney (2000) as organizações contabilizam de maneira equivocada devido aos orçamentos limitados e a um sistema contábil ineficiente. Apesar dos problemas, Froelich (1999) afirma que este tipo de conjunto de dados é uma fonte adequada e confiável de informações financeiras para vários tipos de investigações, especialmente aqueles que se concentram em informações básicas da demonstração de resultado e balanço patrimonial.

Por último, a delimitação ocorre também pelo fato da grande maioria das organizações não realizarem a contabilidade por fundos como sugerido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na contabilidade por fundos, a instituição registra suas receitas e despesas com base em cada projeto, segregando das contas da administração. Este cenário seria o ideal para realizar este estudo, contudo grande parte das instituições não utilizam, muito disso se deve ao alto custo de elaboração dessas demonstrações.

1.5 Estrutura Da Dissertação

Esta pesquisa apresenta ao longo do texto cinco capítulos, onde está dividida da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma breve introdução, onde é contextualizado o problema de pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos, a justificativa para a escolha do tema e as delimitações encontradas. O segundo capítulo traz uma revisão da literatura, onde são abordados a divisão tri setorial da sociedade, bem como as divisões alternativas. Logo em seguida, é abordado as teorias econômicas sobre como se surge uma entidade do terceiro setor, onde é discutido a teoria dos bens públicos e a teoria das falhas de contrato. Ainda no segundo capítulo é discutido a teoria da dependência de recursos, no qual é o arcabouço teórico que fundamenta grande parte da pesquisa, e é seguido dos tópicos abordando a teoria dos fundos ou da restrição de recursos e os estudos anteriores sobre o tema.

O capítulo três mostra a metodologia aplicada no estudo, no qual se encontra descrito a amostra utilizada e os procedimentos de coleta de dados, a mensuração das variáveis e as ferramentas estatísticas necessárias para atingir os objetivos. O quarto capítulo elenca os resultados encontrados e a discussão com base na fundamentação teórica e por último o quinto capítulo aborda as conclusões e considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.2 Os Três Setores da Sociedade

Segundo Beltior Junior, Varela e Martins (2007) para compreender melhor o terceiro setor o primeiro passo é entender as diferenças e características existentes entre os três setores que compõe a sociedade.

Na academia a classificação tri setorial da sociedade não é definida de forma homogênea. Para Alves (2002), a divisão foi oriunda das ideias da economia clássica e a separação é de acordo com as finalidades econômica dos agentes sociais. Segundo Weisbrod (1988) é classificada como primeiro setor os agentes de natureza privada que praticam ações com os objetivos privados, ou seja, o mercado. O segundo setor é descrito como os agentes públicos que praticam ações de natureza pública, no qual se enquadra o governo. E por fim o terceiro setor é caracterizado pelos agentes privados realizando ações com o interesse público, onde se classificam as organizações sem fins lucrativos.

Conforme descrito anteriormente, a classificação na ordem mercado, Estado e as organizações não lucrativas, nem sempre é defendida pelos autores. Kisil (1997), Heckert (2001), Abreu (2010) defendem a ordem Estado, mercado e Entidades Sem Fins Lucrativos para classificar entre primeiro, segundo e terceiro setor da sociedade.

Para Coelho (2002), as características de cada um dos setores são:

- **Governo ou primeiro setor:** Responsável por legitimar e organizar suas ações por meio de poderes coercitivos. Tem sua atuação regulada por um arcabouço legal, fato esse que torna sua atuação previsível a todos os atores da sociedade;
- **Mercado ou segundo setor:** Tem como finalidade principal a maximização dos lucros. Em comparação com o Governo, o mercado atua sob o princípio da não coerção legal, ou seja, os clientes têm em tese a liberdade para escolher onde e quando comprar o que desejar;
- **Terceiro Setor:** Distingue-se de todas as outras. Neste setor o objetivo principal não é atingido com poderes coercitivos ou pela maximização do lucro, o foco principal é atender as necessidades da população, sempre buscando atender o coletivo em primeiro lugar.

Najam (1996) trata esta classificação de forma lúdica descrevendo os setores em três metáforas: do Príncipe, do Mercador e do Cidadão. A primeira narrativa descreve as instituições estatais, para o autor o príncipe representa os interesses da maioria e para atingir seus objetivos utiliza de forças coercitivas devido a sua autoridade legítima.

A segunda metáfora corresponde ao Mercador e representa as instituições do mercado. Cabe ao mercado produzir bens e serviços que serão consumidos pela sociedade. As instituições que compõe esta metáfora visam os interesses individuais e procuram realizar interações e trocas econômicas com um único objetivo, o de maximizar seus lucros.

A última metáfora corresponde ao cidadão, em que as organizações classificadas nesse conjunto atingem seus objetivos por meio de valores normativos partilhados entre os patronos, membros e beneficiários. Ao contrário do Príncipe, onde é defendido o interesse da maioria ou dos mais fortes, neste grupo é defendido os interesses dos marginalizados e mais fracos.

Mesmo as ordens das classificações sendo distintas, os conceitos são convergidos entre os autores. Alguns pesquisadores como Smith (1991) tem uma visão alternativa do mundo tri setorial. Para o autor é um grande erro não considerar uma quarta categoria denominada “setor doméstico”. Na literatura econômica o setor doméstico é associado ao setor privado, porém, segundo o autor os dois setores possuem objetivos, racionalidades e modos de ação distintos.

O setor doméstico engloba as relações familiares, de conhecidos, colegas de trabalho, vizinhança e no qual envolve um grande número de pessoas com interação e ajuda mútua. No estudo de Smith (2001), com a inclusão do setor doméstico, as entidades sem fins lucrativos se deslocam do terceiro para o quarto setor, com isso a divisão do mundo social fica assim estabelecido:

Quadro 2 - Divisão do mundo social

Primeiro Setor	Setor Doméstico
Segundo Setor	Mercado
Terceiro Setor	Estado
Quarto Setor	Setor Não Lucrativo

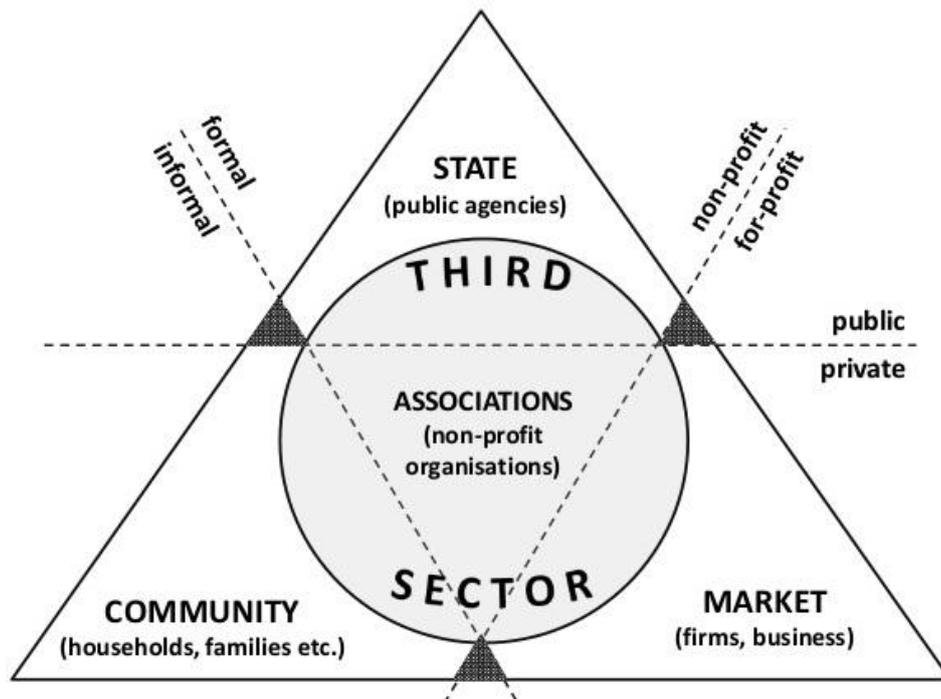
Fonte: Smith (2001)

Evers (1995) não considera as entidades sem fins lucrativos como um setor a parte da sociedade e sim uma área intermediária entre o mercado, o estado e a comunidade. Para o autor o terceiro setor deveria ser definida como um subespaço do espaço público nas sociedades civis.

As organizações sem fins lucrativos na definição de Evers (1995) tem características polivalentes e incluem-se fatores políticos e sociais tão importantes quanto os papéis que essas que essas instituições desempenham no mundo econômico.

A visão de Evers (1995) é na mesma linha de Pestoff (1992), no qual descreve a divisão setorial ilustrando o que seria o triângulo do bem-estar social. Segundo o autor, o terceiro setor surge da interação entre o Estado, o mercado e a sociedade, onde a divisão ocorre de acordo com a natureza pública ou privada das instituições, e natureza formal e informal de como as relações são estabelecidas. Vide a figura.

Figura 1 - Triângulo do Bem-Estar Social



Fonte: Pestoff (1992)

2.2 Teorias econômicas sobre o surgimento do terceiro Setor

Para DiMaggio e Anheier (1990), Enjolras (1995) e Anheier (2005), as investigações no terceiro setor tem-se concentrado em três preocupações fundamentais:

- A problemática de origem, onde a pergunta principal é porque surgem as entidades sem fins lucrativos?;
- A questão do comportamento, onde é questionável saber quais os elementos que as distinguem das outras formas de organização; e
- O problema do impacto, que busca compreender a questão: Qual a contribuição do setor relativamente a outras formas organizacionais?

Segundo Almeida (2011), as teorias econômicas têm alocado maiores esforços para solucionar questões da primeira pergunta a respeito das origens e do surgimento do terceiro setor, no qual se destaca as teorias dos bens públicos e a teoria das falhas do contrato.

2.2.1 Teoria dos Bens Públicos

Em um governo democrático é esperado que os interesses da população sejam amplamente defendidos, pois os governantes são escolhidos para representar a sociedade e o desejo de um povo. Como as pessoas nem sempre possuem objetivos e desejos semelhantes, logo passa a existir conflitos de interesse entre os diferentes grupos.

O governo não possui subsídios suficientes para atender toda a demanda da população devido a heterogeneidade dos interesses individuais. Os governantes de modo em geral, com o intuito de obter maior legitimidade perante os eleitores, aplica seus esforços incessantemente para atender os interesses das maiorias. A população que pertence aos grupos minoritários fica desprotegida e carente de recursos.

Segundo Weisbrod (1977), as organizações do terceiro setor surgem para cobrir as necessidades da população que não possui seus interesses alinhados com a da maioria, onde não é coberta pelas atividades do governo nem pelas atividades do mercado. Para Almeida (2011), as entidades sem fins lucrativos surgem em

consequência da insatisfação de determinados grupos de indivíduos cujo as demandas não foram resolvidas.

Para Weisbrod (1977), a dimensão de entidades do terceiro setor é em função da heterogeneidade dos interesses da população. Quanto maior a diversidade de preferências da sociedade em termos étnicos, religiosos, políticos e entre outros, maior será a quantidade de organizações do terceiro setor.

Kingma (1997) mensurou a dimensão do setor não lucrativo dos Estados Unidos, o estudo deu apoio a hipótese levantada por Weisbrod (1977) onde comprovou o resultado que a diversidade política, religiosa, étnica e racial está amplamente associada a dimensão das organizações. Outros Estudos como o de Chang e Tuckman (1996) e James (1983) também chegam a conclusões semelhantes.

Como por esta teoria os bens públicos são fornecidos tanto pelo governo quanto pelo as organizações terceiro setor, caso haja algum aumento nos fornecimentos desses bens por parte do governo, tende a diminuir as contribuições recebidas pelas entidades sem fins lucrativos, pois não haverá necessidade dessas organizações atuarem neste ambiente (Kingma, 1997).

Warr (1982) e Roberts (1984) defendem uma proporção de um para um, onde eles chamam de dólar por dólar, na relação de substituição do fornecimento de bens públicos das organizações não lucrativas pelo governo. Bergstrom, Blume e Varian (1986) chegaram a conclusões congruentes aos demais citados, porém eles concluem que esta relação pode não ser de um para um. Becker e Lindsay (1994) encontrou evidências desta relação de forma reversa, onde no setor educacional, o aumento na aplicação de recursos por empresas ou por meio de doações e contribuições pela população afastam os recursos públicos.

A teoria dos bens públicos foi uma das pioneiras no estudo sobre o surgimento do terceiro setor, onde possui uma grande importância e é fonte de discussões constantes na academia. No entanto, segundo Almeida (2011), esta teoria sofre fortes críticas, a principal delas é que ela está ancorada no pressuposto que todas as entidades recebam recursos e sejam sustentadas por doações e contribuições, sendo que uma parte expressiva dessas entidades possuem receitas próprias, como por exemplo: Escolas, Faculdades, Creches, Hospitais e outros. Outras críticas também são incisivas, para Ben-Ner e Van Hoomissen (1991) para o

surgimento dessas organizações não basta que haja apenas consumidores insatisfeitos, mas também é necessário que haja um conjunto de *stakeholders*.

2.2.2 Teoria das Falhas do Contrato

Ao contrário de Weisbrod (1977), que argumentou que o raciocínio sobre o surgimento do terceiro setor reside dentro das falhas do governo em fornecer bens públicos a população, Hansmann (1980) promoveu as falhas de contrato, em um ambiente com assimetria informacional, como base teórica para o aparecimento das instituições não lucrativas.

Segundo Holmen (2012) o ponto de partida da teoria das falhas de contrato é a informação assimétrica, no sentido em que os consumidores não são capazes de verificar se um bem foi fornecido, e se foi fornecido em qualidade ou quantidade suficiente. Tais problemas podem surgir quando o consumidor não é a mesma pessoa quem paga pelo serviço, a exemplo: Lar de idosos, creches, escolas e outras.

Para Hansmann (1980), a competição do mercado pode fazer com o que uma empresa com fins lucrativos tenha o incentivo para tomar vantagens dos seus clientes, fornecendo um bem de qualidade inferior ou quantidade menor do que adquirido, é nessa situação, segundo Almeida (2011) que surge as entidades do terceiro setor.

Segundo Ortmann e Schlessinger (2003), a teoria de Hansmann introduziu o conceito da não distribuição dos lucros das entidades do terceiro setor como fator preponderante para manter a confiança e credibilidade dos serviços prestados por estas instituições. Krashinsky (1986), atribui o surgimento das organizações não lucrativas em um ambiente com conflito de informação entre os produtores e consumidores, como forma de diminuir o custo de transação.

Steinberg (2003) sugere que os consumidores com altos custos de transação estão dispostos a pagar um preço mais alto por optarem por entidades do terceiro setor, tendo em vista a confiabilidade em termos de boa qualidade dos serviços, esta hipótese foi confirmada para os lares de idosos e creches.

Rose-Ackerman (1996) afirma que a restrição de não-distribuição dos resultados, além de tornar as organizações do terceiro setor mais confiáveis,

proporcionam também uma margem para impulsos generosos de doadores e expiração de crenças ideológicas.

Alguns autores criticam a postura da teoria das falhas mercado, como é o caso de Bacchiega e Borzaga (2003), onde, segundo eles, o fato das entidades do terceiro setor não distribuírem lucro, não oferece garantia de proteção ao consumidor de comportamentos oportunistas.

2.3 Teoria da Dependência de Recursos

A afirmação fundamental da teoria da dependência de recursos foi declarada por Pfeffer e Salancik (1978) onde para eles a chave para a sobrevivência organizacional é a habilidade de adquirir e manter os recursos. Para Froelich (1999), angariar e gerir os fundos se torna um problema devido as condições ambientais de escassez e incerteza, em geral, eles não são adequados, estáveis ou assegurados. Em última análise, os recursos são resultados imperativos da adaptação das organizações aos requisitos de importantes financiadores.

Para Pfeffer e Salancik (1978) a dependência de recursos consiste que a tomada de decisão se dá na própria organização, dentro de um contexto político interno, no qual se relaciona com condições impostas pelos ambientes externos. A entidade deve escolher as estratégias gerenciais para se adequar ao ambiente inserido, manipulando-o para captar recursos necessários para sua sobrevivência e tomada de decisões, (ROSSETO; ROSSETO, 2005)

Segundo Froelich (1999), as entidades do terceiro setor não são totalmente autônomas, elas são restringidas pelo ambiente em consequência de suas necessidades de recursos. O grau de dependência da organização é determinado pela importância e concentração dos recursos fornecidos. As entidades que dependem de poucas fontes de insumos vitais tornam-se altamente dependente.

A grande diferença entre a origem de recursos entre empresas privadas tradicionais, que obtém seus recursos como resultado direto dos bens e/ou serviços oferecidos, em relação ao Terceiro Setor é a desvinculação que este apresenta entre os financiadores de suas ações e os beneficiários destas ações (RAMOS, LIMA, LINHARES, 2010). Nessas entidades para a constante entrada de recursos, é importante o equilíbrio entre atender às expectativas e exigências dos doadores em relação à aplicação dos recursos (financeiros ou não) e oferecer aos beneficiários

serviços de qualidade e que realmente supram suas necessidades e agradeam aos doadores. O sucesso na obtenção de recursos depende do relacionamento que se estabelece com os doadores, que são pessoas ou instituições que geralmente compartilham da missão, valores e objetivos da organização (SZAZI, 2005; PEREIRA, 2006; TACHIZAWA, 2007).

As doações e contribuições privadas constituem um apoio tradicional e são de suma importância para o funcionamento das entidades do terceiro setor. No entanto, alguns autores afirmam que esta fonte de recurso está em declínio em termos percentuais em relação ao total de receitas dessas instituições (com exceção das entidades religiosas). Para Hodgkinson e Weitzman (1986), as doações privadas representavam 30% do total de recursos das instituições dos Estados Unidos em 1980. Posteriormente Hodgkinson e Weitzman (1988), encontrou o percentual de 27% em relação ao ano de 1986, e Boris (1998) afirmou o percentual de 19% para o ano de 1996. Os autores afirmam que o crescimento considerável de entidades sem fins lucrativos é responsável por esta diminuição da proporção das doações, pois a fonte de recurso permaneceu constante e a concorrência por ela aumentou.

As entidades altamente dependentes das doações tiveram que suportar as pressões dos financiadores para garantir a sua sobrevivência (Hodgkinson, 1989). Froelich (1999), defende que as organizações devem diversificar suas fontes de receitas como alternativa para diminuir a pressão externa causada pela dependência de recurso, dentre os quais: Contribuições do governo, atividades comerciais, taxas sobre os serviços prestados e outras.

Para Kitching, Roberts e Smith (2012), os doadores exercem pressão perante as instituições não lucrativas para que elas distribuam os recursos, sempre quando houver escolha, para os projetos, no qual é o seu objeto social, e não desperdicem os insumos com a parte administrativa, logo, para os autores, as instituições que precisam deste tipo de financiamento, devem se adequar as exigências para permanecer em atividade.

Uma perspectiva diferente, embora não mutuamente exclusiva, sugere que as instituições de caridade aloquem os recursos incrementais de maneira que melhorem efetivamente o financiamento a longo prazo, independentemente de como tais alocações influenciam as medidas de desempenho no curto prazo (Young e Steinberg, 1995). Isso significa que para uma determinada mudança no orçamento,

os gerentes das entidades escolhem a combinação de gastos com o programa e gastos gerais e administrativos que melhor atende ao objetivo caritativo da organização.

A teoria da dependência de recursos contribui para a construção desta pesquisa, onde, fundamentado por ela, é esperado que os doadores exerçam a pressão para que os recursos recebidos sem restrição sejam alocados em grande parte para os projetos da instituição, e que as organizações que não atendam a esta pressão sejam menos favorecidas para o recebimento de fundos.

2.4 Teoria dos Fundos

Segundo Hendriksen e Van Breda (2007), a teoria dos fundos é a teoria do patrimônio líquido mais utilizada para explicar a relação de propriedade das entidades sem fins lucrativos. Segundo os autores ela trata a entidade como uma unidade operacional orientada para as atividades. Para Olak (1996) um fundo possui recursos próprios para serem aplicadas em suas atividades ou projetos específicos.

Bettiol Junior, Varela e Martins (2007) afirma que um fundo pressupõe a existência de grupos de ativos e obrigações e restrições correspondentes, indicando funções ou atividades econômicas específicas. Para Vatter (1963) a teoria do fundo seria uma extensão da teoria da entidade, mas com a diferença que a base da contabilidade não seria o proprietário ou a sociedade, e sim, um grupo de ativos e um conjunto de atividades ou funções para as quais esses ativos são utilizados. Tal grupo de ativos é chamado de fundo.

Iudícibus (2010) descreve que o capital investido representa uma restrição financeira ou legal para o uso de ativos, logo, o capital investido precisa ser mantido intacto. Para Abe (2007), o resultado do exercício deve ser distribuído como retribuição do financiamento das transações ou retido nas contas do patrimônio líquido. O ITG 2002, que é a norma que orienta a contabilidade do terceiro setor no Brasil, em seu item 15, obriga a destinação de todo déficit e superávit do exercício para conta do patrimônio social, salvo aquele que tenha alguma restrição.

Hendriksen e Van Breda (2007) define a equação do patrimônio líquido segundo a teoria dos fundos da seguinte forma:

$$\text{Ativo} = \text{Restrição sobre Ativos}$$

Nessa equação, o ativo representa serviços possíveis ao fundo ou unidade operacional e os passivos restrições a ativos específicos ou gerais do fundo. O capital investido, também, pode ser considerado uma restrição legal ou financeira ao uso de ativos.

O lucro não é o ponto central da contabilidade, considerando-se esta teoria, em seu lugar, fica a descrição da operação de fundo, em que é realizada com muito detalhe e clareza. As principais demonstrações financeiras são resumos das origens e aplicações de fundos. Para Ludícibus (2010), a principal demonstração que deve aparecer é a de movimentação de fundo, com uma descrição dos fundos providos pelas operações. Esta demonstração difere bastante da demonstração de resultado do exercício pois, objetivam demonstrar o desenvolvimento dos fundos.

Para identificar com clareza os gastos administrativos e gerais e segregar dos custos aplicados nos projetos, as entidades deveriam contabilizar seus fatos por meio da contabilidade por fundos. Para Martins (1990), a contabilidade por fundos é um modo de contabilização em que a instituição separa os ativos e passivos e o patrimônio líquido, em função do tipo dos recursos que estão sendo utilizados, conforme a necessidade de se obter o controle em função do uso desses mesmo recursos.

Segundo Beuren (1998) para realizar a contabilidade por fundos a instituição necessita de um sistema contábil que elenque contas específicas para cada grupo, com contas patrimoniais e de resultado. Posteriormente, a instituição deve evidenciar as demonstrações financeiras separadas para cada fundo, como se fosse organizações contábeis diferentes. Com isso a identificação da ineficiência na aplicação dos recursos é enxergada mais facilmente.

2.5 Estudos Anteriores

A maneira como as entidades do terceiro setor gastam seus recursos podem exercer influência na captação desses recursos. Em entidades sem fins lucrativos, espera-se que a maioria dos gastos sejam relacionadas à sua atividade fim, quando os gastos em despesas administrativas ficam expressivos, pode significar que as entidades estão sendo menos efetivas em seu campo de atuação.

Bowman (2006) relata que quando uma entidade aumenta os gastos administrativos em relação às atividades, existem três possibilidades, na primeira as doações caem, pois, os doadores racionais podem associar ao menor serviço prestado ou menor qualidade. Na segunda possibilidade as doações crescem proporcionalmente, pois pode haver um crescimento nas despesas para adquirir novos financiadores, mas o doador está observando racionalmente esta situação. Já na terceira possibilidade as doações crescem mais rapidamente, pois exclui a possibilidade de o doador ser racional, onde a instituição objetiva seus recursos para impulsionar a captação de novos doadores, e os doadores não se atentam ao nível efetividade dos gastos em atividades da entidade.

Nesse mesmo estudo Bowman (2006) observou a relação entre o nível de *overhead* com o preço de doação calculado levando em consideração os tributos sobre a doação e a alocação dos recursos doados para a parte administrativa. O autor chegou à conclusão que os doadores se preocupam com as mudanças nos níveis de *overhead* das instituições e o índice de despesas gerais está positivamente associado ao preço da doação, no entanto, de maneira bem sutil e que outras variáveis exercem maiores influências.

Para Rooney, Hager e Pollak (2003), os gastos gerais e administrativos são inversamente relacionados com o tamanho da organização. Os autores também observaram que as entidades com maiores idades têm maiores níveis de despesas gerais e que a maior dependência de subsídios governamentais aumenta as despesas gerais em relação ao total de despesas.

Fundamentadas na teoria da dependência de recursos Kitching, Roberts e Smith (2012) estudaram como as instituições se comportam em relação às pressões dos doadores em melhorar os gastos administrativos para melhor servir aos interesses das instituições. As autoras usaram como amostra 5.626 instituições de caridades entre o período de 1986 e 2007. O artigo traz como conclusão que as entidades em geral estão atentas as pressões dos doadores, que os índices de gastos nos programas sobem quando os orçamentos aumentam e que entidades que tem menor dependência de recursos, e que não dependem de recursos públicos não se preocupam com as pressões dos doadores, diminuindo o índice de eficiência por causa do aumento das despesas gerais.

O tamanho da entidade em relação à influência no nível de *overhead* é motivo de discussão na literatura, segundo Tinkelman (1999) as grandes organizações têm maiores gastos em seus projetos para manter sua reputação, no qual é fator preponderante de obtenção de mais recursos, por mostrar mais credibilidade. Já para Kitching (2009) as grandes organizações por terem cultivados reputações ao longo do tempo, podem ser menos dependentes dos índices relatados para angariar contribuições. Nessa pesquisa temos como hipótese inicial que o tamanho tem o efeito negativo com os níveis de *overhead*.

Krishnam, Yetman e Yetman, (2005), buscaram analisar os gastos administrativos em relação aos gastos com os programas, no entanto, eles acharam dificuldades na análise dos dados, segundo os autores, algumas entidades apresentavam despesas com captação de recursos igual a 0, é sugerido na pesquisa que os relatórios contábeis são apresentados de maneira equivocadas, e que há relação entre os erros nas demonstrações contábeis com incentivos gerenciais.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostragem e Coleta de Dados

A pesquisa tem como população as entidades do terceiro setor que eram certificadas com o título de Utilidade Pública Federal (UPF) no ano de 2014, no qual, submeteram suas demonstrações contábeis através de prestação de contas ao Ministério da Justiça (MJ) por meio do programa do Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES).

Para compor a população foram selecionadas as entidades que tiveram suas demonstrações contábeis registradas na base de dados do CNES/MJ do período de 2010 a 2014. Foram excluídas as entidades que por algum motivo não publicaram suas demonstrações em algum destes anos, por não possibilitar a análise temporal sugerida pela regressão em painel, ora utilizada no estudo. Posteriormente foi realizado um novo filtro nos dados para selecionar apenas as entidades que tiveram informações referente à despesa administrativa, para que o índice de *overhead* fosse possível de ser calculado. Diante disto, a amostra foi composta por 158 entidades em período de 5 anos, de 2010 a 2014, compondo ao todo 790 observações.

Os dados foram coletados na plataforma eletrônica do Mapa das Organizações das Sociedades Civas (MOSC) administrado pelo IPEA. O MOSC é uma ferramenta que auxilia na interlocução e na transparência das relações entre a sociedade civil e o poder público apresentando dados e análises sobre a atuação das organizações civis no país.

O MOSC disponibiliza a base de dados do antigo CNES/MJ em formato de uma planilha no Excel, onde contempla as demonstrações contábeis e outras informações das entidades que submeteram suas prestações de contas.

Da base de dados foi possível extrair as informações contábeis das organizações como: Total do ativo, total de receitas, receitas com doações, tanto monetária como em patrimônio, as despesas gerais e administrativas, total do patrimônio líquido, total de recursos públicos recebidos e subvenções. Essas informações contábeis são necessárias para realizar a análise por meio de regressão para observar a relação causal entre eficiências nos gastos e captação de receitas por meio de doação.

A planilha eletrônica fornecida pelo IPEA segrega as entidades pelo número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Pela inscrição do CNPJ foi realizado uma pesquisa no site da Receita Federal do Brasil (RFB) para coletar as informações sobre o ano de fundação da organização, com intuito de saber a idade da instituição, e foi possível coletar também o endereço e a atividade exercida pela entidade.

3.2 Mensuração das Variáveis

A proposta principal da pesquisa é analisar a relação entre eficiência nos gastos e as receitas recebidas por meio de doações. A *proxy* utilizada no estudo para mensurar a eficiência nos gastos é o nível de *overhead* conforme proposto por Bowman (2006), no qual é atribuído pela razão entre as despesas gerais e administrativas sobre as receitas auferidas, que neste caso se restringiu apenas às doações recebidas. Outros autores como Rooney, Hager e Pollak (2003) calculam o índice de *overhead* pela razão entre as despesas gerais e administrativas pelo total de despesas realizadas pela entidade. Quanto menor valor o índice apresentar maior será a eficiência na aplicação de recursos.

Os índices de eficiência foram relacionados com determinadas variáveis como: região, idade e setor que ela atua com o intuito de observar as características inerentes a estas variáveis. O objetivo de estudar a região é saber se as organizações de um local tende por natureza, ser menos eficiente na alocação dos recursos, devido a uma menor concorrência ou pela não fiscalização dos agentes interessados desta região ou mesmo pela dificuldade de acesso a informação em relação às outras regiões. Para mensurar a região foi utilizado variáveis dicotômicas, contendo o dígito 1 quando a instituição pertencia a região e 0 quando o contrário.

A preocupação em relacionar a idade da organização com os níveis de *overhead* é verificar se entidades mais novas tendem a gastar mais recursos na parte administrativa do que entidades mais velhas. Esta hipótese é levantada porque organizações mais novas podem investir mais em publicidade e estruturação para obter mais recursos e ganhar mais visibilidade pelos investidores sociais. Espera-se que ao passar do tempo esses gastos administrativos diminuam. Para mensurar esta variável, foi utilizada a seguinte subtração:

$$Idade = Ano\ Estudado_t - Ano\ de\ Fundação$$

Outra característica a ser observada é o setor que a entidade atua, com o objetivo de verificar se é perfil do setor realizar maiores ou menores gastos em despesas administrativas.

3.3 Ferramentas de Análise da Influência do *Overhead* nas Doações

O primeiro modelo utilizado na pesquisa busca relacionar o nível de *overhead* com os recursos recebidos em um período posterior por meio de doações, com o intuito de verificar se os financiadores se comportam de maneira oposta aos maiores níveis de despesas administrativas e gerais. Com isso o modelo é apresentado da seguinte forma:

$$Doação_{it} = \beta_0 + \beta_1 Overhead_{i(t-1)} + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

$Doação_{it}$ = Logaritmo natural das doações recebidas em capital e ativos fixos no tempo t;

$Overhead$ = Soma das despesas gerais e administrativas dividida pelo total de despesas da entidade do tempo t - 1;

É esperada uma relação negativa dessas variáveis, haja vista que entidades com maiores níveis de *overhead* consomem menos recursos nas suas atividades fins, no qual é a razão de sua existência, logo, os financiadores podem punir as instituições que não aloca seus recursos de maneira mais efetiva (Kitching, Roberts e Smith, 2012).

Outros indicadores contábeis segundo Trussel e Parsons (2008) podem ser utilizados pelos doadores para tomada de decisão. Foi utilizado alguns desses indicadores como variáveis de controle da primeira regressão. As variáveis inseridas na pesquisa foram: Tamanho da entidade (*Tam*), Rentabilidade (*Rent*); e Endividamento (*Endiv*).

A variável *Tam* foi utilizada para controlar o efeito do tamanho da instituição. Entidades maiores geralmente são mais conhecidas perante a sociedade e tem

política de angariação de fundos mais robusta, o que torna mais fácil a captação de recursos.

As variáveis *Rent* e *Endiv* também foram inseridas no modelo para controlar o efeito da rentabilidade e endividamento sobre o valor das doações. Espera-se que as organizações com sobras de superávit recebam menos recursos, pois elas não os utilizaram e se mostraram menos eficiente. Em relação ao endividamento, é esperado o sinal negativo, pois entidades mais endividadas podem demonstrar maior descontrole financeiro o que reflete na confiança do doador. Com isso o segundo modelo é descrito da seguinte forma:

$$Doação_{it} = \beta_0 + \beta_1 Overhead_{i(t-1)} + \beta_2 Tam_{it} + \beta_3 Rent_{it} + \beta_4 Endiv_{it} + \varepsilon \quad (2)$$

Onde:

Doação_{it} = Logaritmo natural das doações recebidas em capital e ativos fixos no tempo t;

Overhead = Soma das despesas gerais e administrativas dividida pelo total de despesas da entidade do tempo t - 1;

Tam_{it} = Logaritmo natural do ativo total no tempo t;

Rent = Superávit do exercício dividido pelo patrimônio líquido no tempo t - 1;

Endiv = Passivo dividido pelo passivo mais o patrimônio líquido no tempo t;

Logo em seguida foi incluído a variável receita oriunda de entes públicos (*RecPub*) para controlar as despesas com restrições. Segundo o ITG 1000, a entidade deve contabilizar suas receitas com restrições ao mesmo tempo do fato gerador da despesa incorrida. Quando uma organização recebe os recursos, ela contabiliza primeiramente em uma conta de ativo, pois se trata de um recurso disponível, a contrapartida é contabilizada no passivo, como uma obrigação de contraprestação. Só a partir da utilização do capital que as entidades registram as receitas e despesas com restrições no mesmo valor, logo, mesmo as instituições não evidenciando as despesas com restrições, como sugere a contabilidade por fundos, é possível estimar esses valores devido a divulgação das receitas públicas. Existe outras despesas e receitas com algum tipo de restrição fora da esfera do

governo, porém difícil de captar pelos dados fornecidos, o que pode influenciar nos resultados encontrados.

A entidade que possui vários convênios com entes públicos pode estar com níveis de overhead mais baixos devido a obrigatoriedade alocação dos recursos aos projetos o que pode desfazer os resultados. Com inclusão das variáveis de controle o modelo fica descrito da seguinte forma:

$$Doação_{it} = \beta_0 + \beta_1 Overhead_{i(t-1)} + \beta_2 Tam_{it} + \beta_3 Rent_{it} + \beta_4 Endiv_{it} + \beta_5 RecPub_{i(t-1)} + \varepsilon \quad (3)$$

Onde:

$Doação_{it}$ = Logaritmo natural das doações recebidas em capital e ativos fixos no tempo t;

$Overhead$ = Soma das despesas gerais e administrativas dividida pelo total de despesas da entidade do tempo t - 1;

Tam_{it} = Logaritmo natural do ativo total no tempo t;

$Rent$ = Superávit do exercício dividido pelo patrimônio líquido no tempo t - 1;

$Endiv$ = Passivo dividido pelo passivo mais o patrimônio líquido no tempo t;

$RecPub_{i(t-1)}$ = Logaritmo natural Receita com convênios públicos no tempo t - 1.

O quadro a seguir mostra os sinais esperados da regressão, bem como a fundamentação teórica das variáveis.

Quadro 3- Comportamento esperado das variáveis do modelo 3

Variáveis	Sinais esperados	Fundamentação
<i>Overhead</i>	(-)	Quanto mais recursos são “desperdiçados”, sendo alocado para a parte administrativa, é esperado que a entidades recebam menos recursos por meio de doações (Kitching, Roberts e Smith, 2012).
<i>Rent</i>	(-)	Espera-se que as organizações com sobras de superávit recebam menos recursos, pois elas não os utilizaram e se mostraram menos eficiente, como também os doadores podem enxergar que a entidade já possui recursos suficientes para financiar seus projetos.

<i>Tam</i>	(+)	As entidades maiores podem ser mais conhecidas perante a sociedade, onde também deve possuir uma política de angariação de fundos mais robusta, o que pode fazer com que as doações aumentem.
<i>Endiv</i>	(-)	O endividamento pode ser associado ao descontrole financeiro da organização, o que pode afetar a confiança do doador.
<i>RecPub</i>	(+)	Esta variável foi adicionada para controlar os efeitos das despesas com restrições sobre <i>overhead</i> , no qual impactará nas doações. Espera-se que entidades com mais gastos restritos sejam mais eficientes nos gastos, logo receberá mais doações.

3.4 Ferramentas de Análise dos Fatores Preponderantes do Overhead

Como parte do objetivo da pesquisa é questionável os motivos que levam as instituições aplicar mais ou menos recursos em suas atividades fins. Com o objetivo de solucionar a esta questão, foi elaborado um modelo que busca identificar os fatores que podem influenciar os níveis de *overhead* das instituições. A equação a seguir mostra as variáveis utilizadas no modelo.

$$Overhead_{it} = \beta_0 + \beta_1 Rent_{it} + \beta_2 Tam_{it} + \beta_3 Endiv_{it} + \beta_4 RecPub_{it} + \beta_5 Recinter_{it} + \beta_6 Idade_{it} + \varepsilon \quad (4)$$

Onde:

Overhead = Soma das despesas gerais e administrativas dividida pelo total de despesas da entidade do tempo t;

Rent = Superávit do exercício dividido pelo patrimônio líquido no tempo t - 1;

Tam = Logaritmo neperiano do ativo total no tempo t;

Endiv = Passivo dividido pelo passivo mais o patrimônio líquido no tempo t;

Relig = Variável dummy assumindo o valor 1 se a organização do terceiro setor tiver fundamentos religiosos e 0, caso o contrário;

RecPub = Logaritmo natural Receita com convênios públicos no tempo t.

Recinter = Logaritmo natural das receitas de financiamento internacional no tempo t.

Idade = Ano estudado menos o ano de fundação da instituição no tempo t.

O quadro 4 a seguir mostra os motivos que fundamenta a utilização dessas variáveis e os resultados esperados.

Quadro 4 - Comportamento esperado das variáveis do modelo 4

Variáveis	Sinais esperados	Fundamentação
<i>Rent</i>	(+)	Os gestores com sobra de superávits em exercícios anteriores podem gastar mais em despesas administrativas para diminuir esses superávits acumulados e manter o equilíbrio.
<i>Tam</i>	(-)	Conforme o estudo de Rooney, Hager e Pollak (2003), as entidades maiores tendem a ter menores níveis de overhead.
<i>Endiv</i>	(-)	Organizações com maiores endividamentos podem significar que elas estão investindo mais em suas atividades operacionais. A condição de alto nível de endividamento faz com que os gastos sejam controlados e entidades podem ficar mais cautelosas na alocação de recursos para despesas administrativas.
<i>Relig</i>	(+)	Entidades de caráter religioso podem não se preocupar com os excessos de gastos administrativos por está apoiado na figura da fé religiosa (KITCHING, ROBERTS E SMITH, 2012), sendo menos fiscalizadas pelos financiadores.
<i>Reconv</i>	(-)	Conforme Rooney, Hager e Pollak (2003) o aumento da dependência de subsídios governamentais como fonte de financiamento aumentam as despesas administrativas. No entanto, nesta pesquisa é esperado o contrário do que foi sugerido pelos autores, devido ao fato de que os recursos públicos no Brasil são distribuídos com restrição de gastos.
<i>Recinter</i>	(-)	Espera-se que entidades que recebem recursos internacionais sejam mais fiscalizadas pelos financiadores. Quem fornece os recursos utilizam as demonstrações contábeis como ferramenta para auxiliar a tomada de decisão.

<i>Idade</i>	(-)	É esperado que entidades mais velhas gastem menos recursos, pois elas devem já ter seus controles internos estabelecidos e uma visibilidade maior perante a sociedade, o que acarreta é menos esforços para políticas de angariação de fundos.
--------------	-----	--

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O Impacto do *Overhead* nas Doações

Para observar o impacto da eficiência na aplicação de recursos, foi calculado o modelo de regressão tendo como variável dependente o logaritmo natural das receitas com doações e como variável independente o índice de *overhead*. Os dados para todas as regressões foram tabulados no Excel e cálculo foi realizado por meio do software estatístico Gretl. Como os dados possuem uma ordem cronológica e observações de várias entidades, foi optado em utilizar a metodologia de dados em painel.

Foi realizado alguns testes de diagnóstico em painel para saber qual metodologia de cálculo era mais indicada. O primeiro deles, denominado de estimador de efeitos fixos, é utilizado para saber se o mais indicado é utilizar a metodologia do Mínimo Quadrado Ordinário (MQO) agrupado (*Pooled*) ou painel com efeitos fixos.

Tabela 1- Estimador de efeitos fixos do 1º modelo

	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor
Const	9,48157	0,186931	50,72	0,0000 ***
Overhead	2,19102	1,50715	1,454	0,1465

A significância conjunta da diferenciação das médias de grupo foram: $F(157.631) = 18,8907$ com p-valor $3,10267 \times 10^{-162}$. Um p-valor baixo, como é o caso, contraria a hipótese nula de que o MQO agrupado é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos.

Em seguida foi realizado o estimador de efeitos aleatórios para comparar a metodologia de painel por efeitos aleatórios com o *pooled* e o efeito fixo. Vide a tabela a seguir:

Tabela 2- Estimador de efeitos aleatórios do 1º modelo

	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor
Const	9,44432	0,441879	21,37	0,0000 ***
Overhead	2,53973	1,44720	1,755	0,0797 *

Estatística de teste Breuch-Pagan: LM= 960,143 com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 960,143) = 8,27691 \times 10^{-211}$. Um p-valor baixo, como é o caso, contraria

a hipótese nula de que o modelo *pooled* é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios.

Estatística de teste de Hausman: $H = 0,692465$ com $p\text{-valor} = \text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 0,692465) = 0,405327$ Um $p\text{-valor}$ alto, como é o caso, valida a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente. Com isso é concluído que o painel com efeitos aleatórios é o mais adequado para o modelo, no qual é apresentado a seguir:

Tabela 3 - Regressão painel modelo 1 - variável dependente Lndoação.

	Coefficiente	Erro Padrão	Z	p-valor	
Const	9,44432	0,441879	21,37	0,0000	***
Overhead	2,53973	1,44720	1,755	0,0793	*

Respeitando os pressupostos de validação de regressão é possível observar a relação positiva entre o índice de *overhead* e as doações recebidas no ano posterior. Esta variável se mostrou significativa ao nível de 10%, no entanto, o resultado se mostrou o contrário do que se esperava fazendo com que a hipótese nula inicialmente testada fosse rejeitada.

Quanto maior o nível de *overhead*, menor será eficiência na aplicação de recursos das entidades sem fins lucrativos. Logo, os doadores não se importam ou não observam este indicador para tomada de decisão. Este resultado diverge do encontrado por Kitching, Roberts e Smith (2012), em que observaram a relação negativa entre estas variáveis, contudo é congruente com Bowman (2006), que justifica esta relação ao fato de essas entidades alocarem os recursos dos programas para utilizarem na angariação de fundos, como projeto de *marketing* e de reestruturação.

Os doadores de modo geral exercem pouca ou nenhuma pressão para as organizações serem mais eficientes na alocação dos gastos, pois a teoria da dependência de recursos sugere que as organizações respondam aos interesses do financiador, principalmente quando a entidade tiver poucas fontes de recursos (Froelich, 1999)

Trussel e Parsons (2008) afirma que alguns indicadores podem ser utilizados pelos doadores como fator que mensure a eficiência financeira das organizações, o que pode contribuir para a decisão de alocar os recursos ou não para as entidades. Para isso foi considerado algumas variáveis, como tamanho, rentabilidade e

endividamento para controlar as doações recebidas. Devido ao incremento das novas variáveis, O modelo então foi submetido novamente ao teste de diagnóstico em painel. Vide a seguir:

Tabela 4 - Estimador de efeitos fixos do 2º modelo

	Coeficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor	
Const	0,645292	3,41680	0,1889	0,8503	
Overhead	2,17045	1,50153	1,445	0,1488	
Tam	0,567641	0,214970	2,641	0,0085	***
Rent	0,0000	0,0000	0,4002	0,6891	
Endiv	-0,287233	0,418456	-0,6864	0,4927	

Significância conjunta da diferenciação das médias de grupo: $F(157, 628) = 18,4902$ com p-valor 0,0000. Um p-valor baixo contraria a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado é adequado, o que valida a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos.

Tabela 5 - Estimador de efeitos aleatórios do 2º modelo

	Coeficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor	
Const	5,65472	2,05957	2,746	0,0062	***
Overhead	2,67304	1,44536	1,849	0,0648	*
Tam	0,256070	0,126831	2,019	0,0438	**
Rent	3,87497e-05	0,0000	0,5295	0,5966	
Endiv	-0,672141	0,380165	-1,768	0,0774	*

Estatística de teste Breusch-Pagan: $LM = 936,911$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 936,911) = 0,0000$ (Um p-valor baixo contraria a hipótese nula de que o modelo pooled é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios.)

Estatística de teste de Hausman: $H = 8,09273$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(4) > 8,09273) = 0,0882399$. Um p-valor alto confirma a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente e mais adequado.

Como pressuposto básico de validação, o modelo de regressão foi testado para verificar a ausência de colinearidade perfeita entre as variáveis, tendo como objetivo verificar se as variáveis independentes são correlacionadas o que indicaria

a presença de multicolinearidade. Segundo Gujarati e Porter (2011) a multicolinearidade representa a existência de uma relação linear perfeita ou exata entre algumas ou todas as variáveis explanatórias do modelo de regressão. Caso haja uma correlação perfeita o modelo não pode ser estimado pois não existiria a matriz inversa.

Para verificar a ausência de colinearidade perfeita foi utilizado a matriz de correlação entre as variáveis independentes. Segundo Wooldridge (2006) haverá problema no modelo se o índice de correlação ultrapasse 0,60. Vide a tabela a seguir:

Tabela 6 - Matriz de correlação das variáveis independentes do modelo 2

	Endiv	Rent	Tam	Overhead
Overhead	-0,0557	-0,0048	-0,1416	1,000
Tam	0,1409	0,0720	1,000	
Rent	0,0416	1,000		
Endiv	1,000			

Conforme observado na tabela, as variáveis não se mostraram com grandes correlações entre si, indicando a ausência de multicolinearidade, o que não ocasiona problemas deste tipo ao modelo.

Posteriormente foi realizado o teste de normalidade dos resíduos por meio do software estatístico Gretl, no qual tem como hipótese nula a distribuição normal dos erros. A estatística de teste Qui-quadrado = 685,21, com p-valor = 1,61659e-149 acarreta na rejeição da hipótese nula, aceitando a hipótese alternativa de presença de erros assimétricos. Conforme Lima et. al. (2015), a rejeição da hipótese nula pode resultar na estimação dos coeficientes angulares, de intervalos de confiança e de estatística de teste *t-student* e F menos consistentes.

O pressuposto de normalidade dos resíduos foi relaxado dado o número de observações (790). Este procedimento foi baseado no teorema do limite central que defende que em amostras grandes, acima de 30 observações, a distribuição das médias tende a se aproximar da distribuição normal (Stevenson, 1981).

Utilizando o painel com efeitos aleatórios o segundo modelo é calculado da seguinte forma:

Tabela 7 - Painel efeitos aleatórios (GLS) 2º modelo

	Coefficiente	Erro padrão	Z	p-valor	
Const	5,65472	2,05957	2,746	0,0060	***
Overhead	2,67304	1,44536	1,849	0,0644	*
Tam	0,256070	0,126831	2,019	0,0435	**
Rent	3,87497e-05	0,0000	0,5295	0,5964	
Endiv	-0,672141	0,380165	-1,768	0,0771	*

É possível observar a relação positiva ao nível de significância de 5%, entre o tamanho da instituição e os valores recebidos a título de doação. As entidades maiores captam mais recursos por esta modalidade devido a uma maior visibilidade perante a sociedade o que os tornam mais legítimas. As organizações maiores e com mais capital podem ter uma política de angariação de fundos mais estruturada o que faz com que suas receitas aumentem.

O endividamento se comportou inversamente associado a captação de recursos por meio de doação, ao nível de 10%. É possível concluir que os doadores punem as entidades que possuem um risco acentuado de honrar seus compromissos. Quanto maior a dependência de capital de terceiros menor recurso por esta modalidade será recebido.

Com as variáveis de controle inseridas a relação entre o nível de *overhead* e as doações permaneceram inalteradas. É observado, pelos estimadores dos coeficientes, que o *overhead* possui um impacto maior do que as outras variáveis inseridas no modelo.

É comum no terceiro setor as entidades receberem recursos com restrição de gastos, onde devem ser alocados exclusivamente para os projetos da instituição. Isso acontece em grande parte, com os recursos recebidos de entes públicos, de administração direta ou não, onde as instituições do terceiro setor devem prestar contas de todo capital recebido.

Entidades que obtenham receitas desta modalidade em sua grande maioria, podem ter o índice de *overhead* disfarçado pois, elas são obrigadas a alocar os recursos para os projetos, não permitindo gastos gerais e administrativos. Por este motivo foi adicionada a variável *RecPub* para controlar os gastos com restrições e o impacto que eles podem causar no *overhead*. Com isso chegamos no seguinte resultado:

Tabela 8 - Painel efeitos aleatórios (GLS) do modelo 3

	Coefficiente	Erro padrão	Z	p-valor	
Const	5,79962	1,99453	2,908	0,0036	***
Overhead	2,69085	1,45168	1,854	0,0638	*
Tam	0,196435	0,124239	1,581	0,1139	
Rent	3,78521e-05	7,38082e-05	0,5128	0,6081	
Endiv	-0,698750	0,379611	-1,841	0,0657	*
RecPub	0,0903811	0,0346967	2,605	0,0092	***

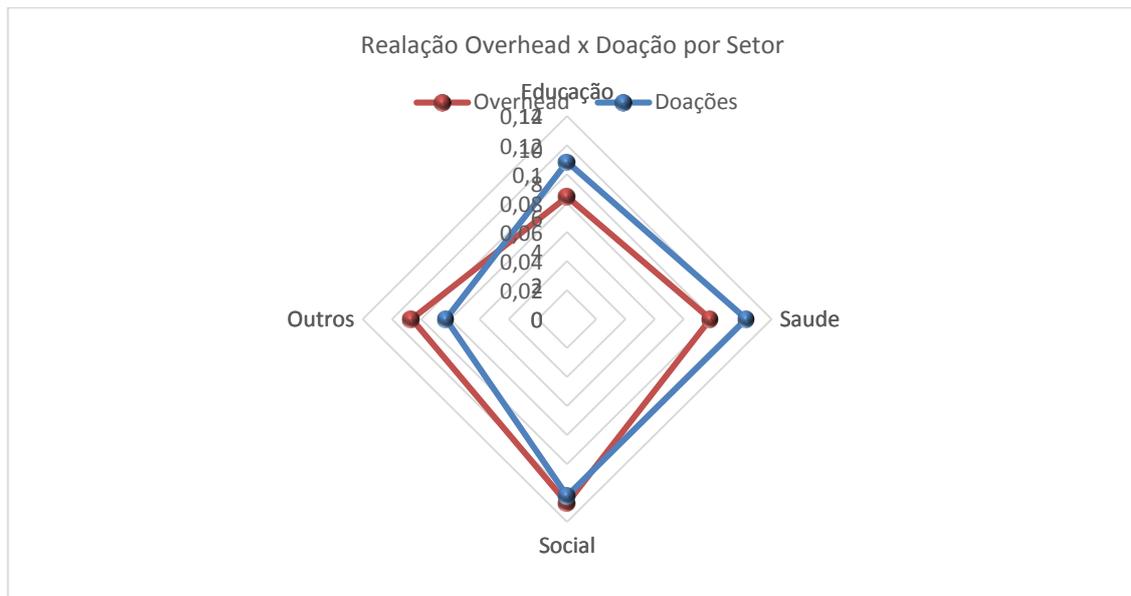
Com o incremento da variável de controle *RecPub* é possível observar que o *overhead* permanece com a influência positiva sobre as doações recebidas ao nível de significância de 10%. O tamanho da entidade não se mostrou estatisticamente significativo, porém o p-valor ainda se mostrou baixo, podendo estar exercendo influência ao nível de significância de 15%. O endividamento quase permaneceu inalterado, validando a hipótese de quanto maior o endividamento menor será a receita recebida por meio de doações.

A relação entre receita pública e doação se mostrou positivamente associada ao nível de 1%, isso mostra que quanto maiores recursos a entidade recebe com o governo, elas são mais bem vistas pela sociedade logo recebe maiores contribuições. Os doadores podem enxergar que pelo fato do governo exigir prestações de contas dos recursos aplicados, elas são mais fiscalizadas, logo atribuem maior credibilidade.

4.2 Associação com o Setor de Atuação

O impacto do *overhead* no valor das doações também foi observado levando em consideração o setor de atuação da entidade. Para isso foram classificadas as entidades em: Saúde, Educação, Assistência Social e Outros. Dentro do grupo “Outros” estão inseridas a entidade desportivas, de ajuda ao meio ambiente e animais, dentre outros.

O gráfico a seguir mostra a associação entre o índice de despesas gerais e administrativas, o valor das doações e o setor que a entidade atua.

Gráfico 3 - Associação Entre Overhead – Doação – Setor de Atuação

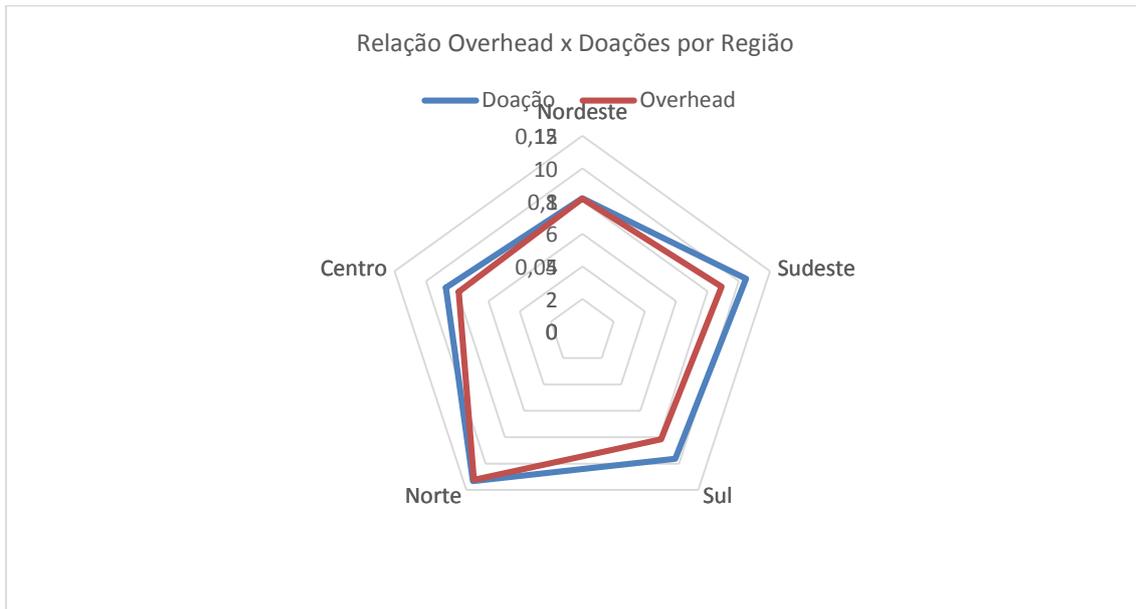
É possível observar que o setor de saúde possui maior concentração das doações recebidas, o que pode ser compreendido pelo fato de que os doadores possam enxergar com mais clareza os seus recursos oferecidos, mediante a oferta de serviços para a população. O fator emocional também pode pesar para os doadores escolherem as entidades de saúde, pois eles podem ter usados ou conhecerem alguém que já usufruiu de serviços dessas instituições, e como forma de agradecimento ou comoção realizam contribuições.

A relação entre o índice de despesas gerais e administrativas com os recursos recebidos por meio de doações é observada melhor no grupo de assistência social, no qual mostra que os maiores níveis de *overhead* ocasionam maiores angariações de fundos por esta fonte de receita.

O nível de ineficiência foi observado com maior força no grupo de assistência social e outras atividades. Já as doações foram mais presentes no setor de saúde e de assistência social. O setor de educação pode ter mais fontes de receitas próprias como matrículas em cursos e mensalidades, o que faz dessas entidades mais independentes e autossuficientes, podendo influenciar a este setor receber menos doações.

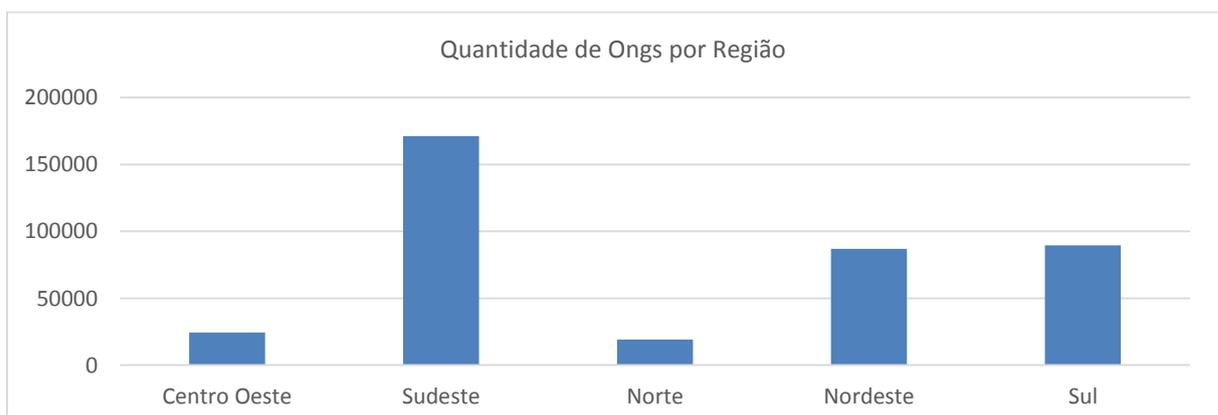
4.3 Associação com a Região

As doações e o índice de despesas gerais e administrativas também foram relacionados com a região onde a entidade está localizada. Vide o Gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Relação Overhead-Doação-Região

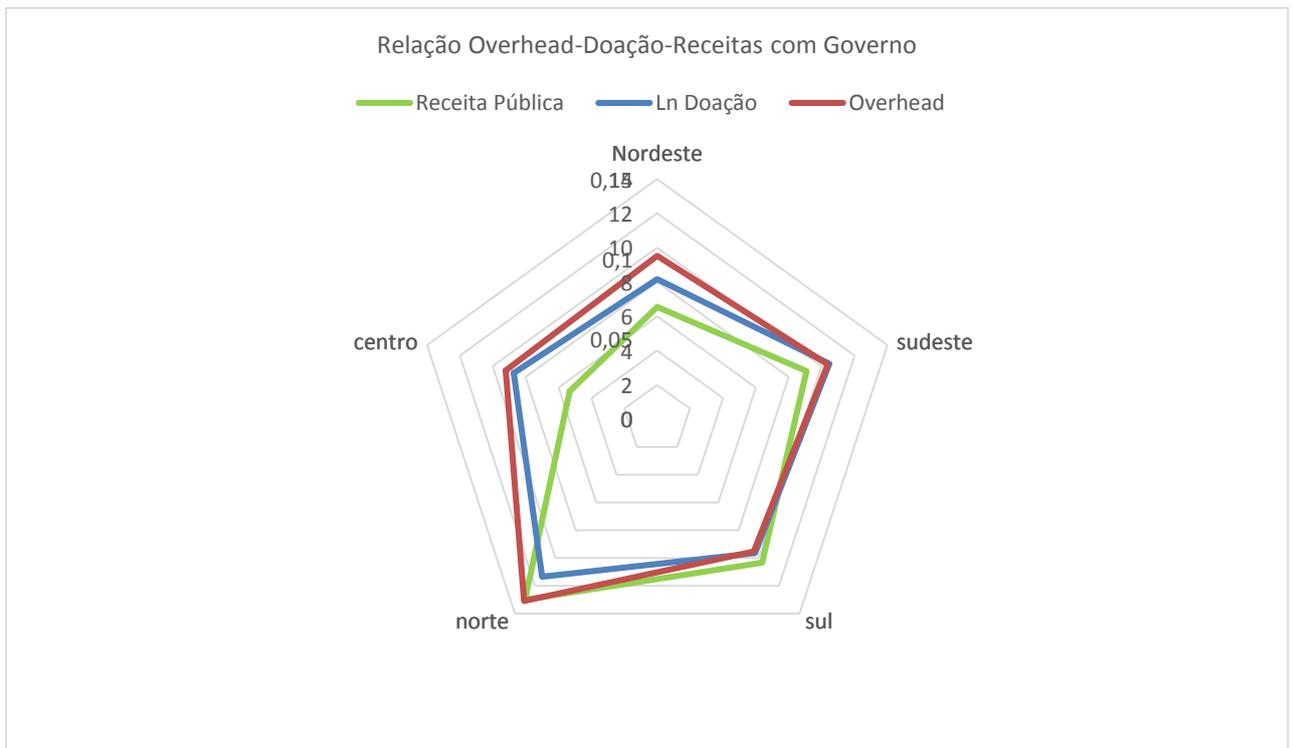
É conclusivo que a relação média entre as doações e o *overhead* é mais efetivo na Região Norte do país, onde se concentra os maiores valores médios. No entanto, esta inferência é delimitada, pelo fato da amostra possuírem poucas entidades inseridas nesta região, o que pode não representar a população de maneira confiável.

A Região Sudeste representa a maior diferença entre o índice de ineficiência e as doações recebidas. Nesta região há um maior número de organizações (vide o gráfico 5), o que representa uma maior concorrência, logo as organizações mais eficientes na aplicação dos recursos são mais beneficiadas pelos doadores do que as demais.

Gráfico 5 - Quantidade de Ongs por região

A Região Nordeste se mostrou o local com menores doações recebidas pelas organizações, o que pode ser explicado pela baixa concentração de renda desta região. Com menos recursos as entidades são forçadas a ser mais eficiente na aplicação dos gastos com projetos. Além do baixo número de doações as entidades do Nordeste estão entre as organizações que menos recebem aplicação de recursos públicos por entidade. Vide o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Relação Overhead-Doação-Receita com Governo



4.4. Análise dos Possíveis Fatores Preponderantes do Nível de *Overhead*

Foram estudadas algumas variáveis no qual acredita-se que podem ser fatores preponderantes para as entidades serem mais ou menos eficientes na aplicação de recursos. O 4º modelo de regressão a seguir demonstra esta relação.

$$\begin{aligned} \text{Overhead} = & \beta_0 + \beta_1 \text{Rent}_{it} + \beta_2 \text{Tam}_{it} + \beta_3 \text{Endiv}_{it} + \beta_4 \text{RecPub}_{it} + \beta_5 \text{Recinter}_{it} \\ & + \beta_6 \text{Idade}_{it} + \beta_7 \text{Religiosidade}_{it} \varepsilon \end{aligned}$$

Foram realizados os testes de diagnóstico em painel para saber qual metodologia melhor se adequa ao modelo.

Tabela 9 - Estimador de efeitos fixos do modelo 4

	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor
Const	0,0594470	0,0916396	0,6487	0,5168
Tam	0,00268859	0,00573214	0,4690	0,6392
RecPub	-7,15233e-05	0,00113326	-0,06311	0,9497
Reclnter	0,00222067	0,00168560	1,317	0,1882
Rent	-1,79543e-07	1,95136e-06	-0,09201	0,9267
Endiv	0,00649232	0,0111124	0,5842	0,5593

As variáveis religiosidade e idade foram excluídas do estimador de efeitos fixos por mostrar colinearidade quase perfeita entre si. Significância conjunta da diferenciação das médias de grupo: $F(155, 627) = 5,81339$ com p-valor $6,26649e-057$ (Um p-valor baixo contraria a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (pooled) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos.).

Tabela 10 - Estimador de efeitos aleatórios modelo 4

	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor
Const	0,106780	0,0436391	2,447	0,0146 **
Tam	0,00172066	0,00255334	-0,6739	0,5006
Religiosidade	0,0415964	0,146884	2,832	0,0047 ***
Idade	-0,0316658	0,0137032	-2,311	0,0211 **
Reconv	0,000306430	0,000719870	0,4257	0,6705
Reclnter	0,000712881	0,00121959	-0,5845	0,5590
Rent	-6,96709e-08	1,91027e-06	-0,03647	0,9709
Endiv	0,00242470	0,00873718	0,2775	0,7815

Estatística de teste Breusch-Pagan: $LM = 370,48$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 370,48) = 1,47127e-082$ (Um p-valor baixo contraria a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (pooled) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios).

Estatística de teste de Hausman: $H = 2,59299$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(5) > 2,59299) = 0,76243$ (Um p-valor baixo contraria a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, validando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos). Logo a metodologia mais adequada é dados em painel com efeitos aleatórios.

Como pressuposto básico foi testado a correlação entre as variáveis independentes para verificar a ausência colinearidade perfeita. Para isso foi utilizado a matriz de correlação, vide a tabela a seguir:

Tabela 11 - Matriz de correlação das variáveis independentes do modelo 4

	Rent	Endiv	Religiosidade	Tam	RecConv	RecInter	Idade
Rent	1,0000	0,0416	-0,0195	0,0720	0,0622	-0,0122	0,0280
Endiv		1,0000	-0,1520	0,1409	0,0132	-0,0172	0,1094
Religiosidade			1,0000	-0,0178	0,0654	0,2060	0,1136
Tam				1,0000	0,2638	-0,0282	0,5317
RecConv					1,0000	0,0540	0,1575
RecInter						1,0000	-0,0782
Idade							1,0000

Foi possível observar na tabela uma alta correlação entre as variáveis que representam o tamanho e a idade da organização, no qual apresentou o valor de 0,5317. Este alto índice não foi considerado um problema ao modelo pois conforme Wooldridge (2006) são aceitos índices inferiores a 0,60. Os demais pressupostos foram relaxados, pois neste modelo não se busca realizar uma projeção, mas sim, verificar apenas o efeito positivo ou negativo entre as variáveis. Com isso o modelo apresenta os seguintes resultados:

Tabela 12 - Painel com efeitos aleatórios – modelo 4

	Coeficiente	Erro padrão	Razão-t	p-valor	
Const	0,106780	0,0436391	2,447	0,0144	**
Tam	0,00172066	0,00255334	-0,6739	0,5006	
Religiosidade	0,0415964	0,146884	2,832	0,0046	***
Idade	-0,0316658	0,0137032	-2,311	0,0208	**
Reconv	0,000306430	0,000719870	0,4257	0,6703	
RecInter	0,000712881	0,00121959	-0,5845	0,5589	
Rent	-6,96709e-08	1,91027e-06	-0,03647	0,9709	
Endiv	0,00242470	0,00873718	0,2775	0,7814	

É verificado nos resultados que apenas a variável que representa a religiosidade e a idade da organização se mostraram estatisticamente significativa

ao nível de 1% e 5% respectivamente. O erro padrão da regressão apresentou o valor 0,098842 o que representa um bom modelo para o estudo.

A religiosidade está associada positivamente aos índices de despesas gerais. Estes resultados estão congruentes ao estudo de Kitching, Roberts E Smith (2012) no qual também acharam esta relação positiva no contexto norte-americano. Os dados comprovam que os financiadores das organizações religiosas em geral não se preocupam em saber onde os recursos estão sendo aplicados, pois há uma legitimidade natural dessas instituições perante a sociedade. Elas se permitem a utilizar menos capital para cumprir seu objetivo social, por causa da pressão quase inexistente.

A idade da organização se comportou inversamente ao índice de *overhead*. Em média as organizações mais velhas tendem a possuir menores gastos nas despesas gerais e administrativas. Este fato pode estar associado alto custo que as instituições mais novas devem realizar para se mostrar para a sociedade, onde inclui os gastos com marketing e angariação de fundos. As entidades mais novas também devem alocar seus recursos para a sua estruturação e controles internos o que ajuda a subir os índices de despesas gerais e administrativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar a influência dos índices de gastos gerais e administrativos na captação de recursos por meio de doações das entidades sem fins lucrativos. Para isso foi utilizada como amostra as entidades que submeteram suas demonstrações contábeis ao Ministério da Justiça por meio do CNES/MJ, referente ao período de 2010 a 2014.

É possível concluir que existe uma relação positiva entre os índices de *overhead* e a captação de recursos por meio de doação, rejeitando a hipótese nula inicialmente testada. De modo geral, os doadores exercem pouca pressão para que as entidades utilizem os recursos de maneira mais efetiva nos programas sociais. Os gastos em despesas gerais e administrativas podem ser realizados para estruturar a organização ou para angariar mais recursos, fatos que podem trazer mais financiamentos.

O doador pode não utilizar as demonstrações contábeis para se munir de informações na escolha de uma organização para realizar o financiamento, buscando outras fontes alternativas de informação. Ou utilizar as demonstrações contábeis, porém observar outros indicadores.

É esperado que a pressão dos doadores seja maior quando as organizações dependerem de poucas fontes de receitas, ou quando as doações não serem bastante pulverizadas, pois haverá uma maior dependência de recurso, e as organizações estarão mais dispostas a submeter as exigências do financiador.

As entidades religiosas estão mais dispostas a ser menos efetivas nos gastos com o programa em comparação com as entidades não religiosas, devido a pressão quase inexistente nessas organizações, este fato prova que as organizações sem o caráter religioso, são levemente pressionadas pelos doadores, porém buscam um equilíbrio nos gastos com os projetos e a parte administrativa quando há excesso de recursos.

Os estudos sobre o terceiro setor no Brasil ainda são escassos, e para contribuir com as lacunas encontradas na academia, é sugerido para pesquisas futuras, fundamentada na teoria da dependência de recursos, que seja estudada a eficiência na aplicação de recursos com as doações recebidas de forma segregada, entre um doador de grande porte, geralmente organizações empresariais, e

pequenos doadores, geralmente pessoas físicas, com o objetivo de observar os diferentes tipos de pressão que as entidades podem sofrer.

REFERÊNCIAS

- ABE, C. H. S. **Teorias contábeis sobre o patrimônio líquido e teoria da renda-
acréscimo patrimonial: um estudo interdisciplinar**. 2007, Dissertação de
mestrado –Faculdade de Economia e Administração - FEA/USP, São Paulo, 2007.
- ABRAMSON, A. J. **Sources of Data on Nonprofit Finance**. *Nonprofit Management
& Leadership*, v. 5, p. 443-451, 1995.
- ABREU, A. P. **Assessoria de Imprensa no Terceiro Setor: Um improvável
encontro**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade
de Taubaté, Taubaté, 2010.
- ALMEIDA, V. **Estado, Mercado e Terceiro Setor: A redefinição das regras do
jogo**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 95, p. 85-104, 2011.
- ANHEIER, H. **Nonprofit Organizations**. Theory, Management, Policy. London/ New
York: Routledge, 2005.
- BABER, W. R.; ROBERTS, A. A.; VISVANATHAN, G. **Charitable organizations’
strategies and program-spending ratios**. *Accounting Horizons*. v. 15, n. 4, p. 329-
343, 2001.
- BECKER, E.; LINDSAY, C.M. **Does the government free ride?**. *Journal of Law and
Economics*, v. 37, n. 1, p. 277-296, 1994.
- BEN-NER, A.; VAN HOORNISSEN, T. **Nonprofits in a mixed economy: a demand
and supply analysis**. *Annals of Public and Cooperative Economics*, v. 62, p. 519-
50, 1991.
- BERGSTROM, T.; BLUME, L.; VARIAN, H. **On the private provision of public
goods**. *Journal of Public Economics*, v. 29, n. 1, p. 25-49, 1986.
- BETTIOL JUNIOR, A.; VARELA, P. S.; MARTINS, G. A. **Implicações das Teorias
do Patrimônio Líquido Sobre as Informações Contábeis Divulgadas por
Instituições do Terceiro Setor**. *Enfoque: Reflexão Contábil*. v. 26, n. 2, p. 57-71,
2007.

- BEUREN, I. M. **As Informações Contábeis em Entidades Sem Fins Lucrativos Não Governamentais.** In: Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos, 5., 1998, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 1998. p. 662-672
- BORIS, E. T. **Myths about the nonprofit sector.** In E. T. Boris (Ed.), *Charting civil society*, p. 1-4. Washington, DC: The Urban Institute, 1998.
- BOWMAN, W. **Should Donors Care About Overhead Costs? Do They Care?.** *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 288-310, 2006.
- CAMARGO, M F et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Futura, 2001.
- CARROLL, D. A.; STATER, K. J. **Revenue Diversification in Nonprofit Organizations: Does it Lead to Financial Stability?** *Journal of Public Administration Research and Theory*. V. 19, p. 947-966, 2009.
- CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CHANG, C. F.; TUCKMAN, H. P. **The goods produced by nonprofit organizations.** *Public Finance Quarterly*, v. 24, n. 1, p. 25-43, 1996.
- COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado Entre o Brasil e Estados Unidos.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- CUNHA, J. H. C.; PEREIRA, J. M. **Captação de Recursos no Terceiro Setor: Fatores Estratégicos Para Divulgação de Informações.** *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 9, n. 18, p. 83-102, 2012.
- DIMAGGIO, P.; ANHEIER, H. **The Sociology of nonprofit organizations and sectors.** *Annual Review of Sociology*. v. 16, p. 137-159, 1990.
- ECER, S.; MAGRO, M.; SARPÇA, S. **The Relationship between Nonprofits' Revenue Composition and Their Economic-Financial Efficiency.** *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 46, n. 1, p. 141-155, 2016.

ENJOLRAS, B. **Comment Expliquer la Presence D'Organisations a But Non Lucratif dans une Economie de Marche? Une theorie socio-economique des organisations non lucratives**, *Annals of Public and Cooperative Economics*, v.66, n. 4, p. 431-456, 1995.

EVERS, A. **Part of The Welfare Mix: The Third Sector as an Intermediate Area**. *Voluntas*. v. 6, n. 2, p. 159-182, 1995.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. **Desafios da Parceria Governo e Terceiro Setor**. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 12-19, 1998.

FROELICH, K. **Diversification of Revenue Strategies: Evolving Resource Dependence in Nonprofit Organizations**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v.28, p. 246-268, 1999.

FROELICH, K.; KNOEPFLE, T. W.; POLLAK, T. H. **Financial Measures in Nonprofit Organization Research: Comparing IRS 990 Return and Audited Financial Statement Data**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 29, p. 232-254, 2000.

GORDON, T. P.; KHUMAWALA, S.B. **The Demand for not-for-profit financial statements: A Model for Individual Giving**. *Journal of Accounting Literature*, v. 18, p.31-56, 1999.

GRASSE, N. J.; WHALEY, K. M.; IHRKE, D. M. **Modern Portfolio Theory and Nonprofit Arts Organizations: Identifying the Efficient Frontier**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 45, n. 4, p. 825-843, 2016.

GREENLEE, J.S.; BROWN, K. L. **The impact of accounting information on contributions to charitable organizations**. *Research in Accounting Regulation*. v.13, p. 111-125, 1999.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAGER, M.; POLLAK, T.; ROONEY, P. **Variations in overhead and fundraising efficiency measures: The influence of size, age, and subsector**. In: ANNUAL

CONFERENCE OF THE ASSOCIATION OF FUNDRAISING PROFESSIONALS, 2000., 2000, San Diego. **Anais...** San Diego, 2000. P. 17-32.

HANSMANN, H. B. **The Role of Nonprofit Enterprise.** The Yale Law Journal, v. 89, n. 5, p. 835-901, 1980.

HECKERT, C. R. **Qualidade de Serviços nas Organizações do Terceiro Setor.** 2001. Dissertação de Mestrado (Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

HODGKINSON, V. A. **Key challenges facing the nonprofit sector.** In V. Hodgkinson & R. Lyman (Eds.), The future of the nonprofit sector (pp. 3-19). San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

HODGKINSON, V. A.; WEITZMAN, M. S. **Dimensions of the independent sector: A statistical profile.** Washington, DC: Independent Sector, 1986.

HODGKINSON, V. A.; WEITZMAN, M. S. **Dimensions of the independent sector: A statistical profile.**2. ed. Washington, DC: Independent Sector, 1988.

HYNDMAN, N. **Contributions to charities – A comparison of their information needs and the perceptions of such by the providers of information.** Financial Accountability & Management. v. 7, n. 2, p. 69-82, 1991.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.**10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, P. M.; FOGARTY, T. E. **Sarbanes-Oxley for Nonprofits: A Guide to Building Competitive Advantage.** Hoboken, NJ: Wiley, 2005.

JAMES, E. **How nonprofits grow: a model.** Journal of Policy Analysis and Management, v. 2, n. 3, p. 350-65, 1983.

KHUMAWALA, S. B.; GORDON, T. P. **Bridging the credibility of GAAP: Individual donors and the new accounting standards for nonprofit organizations.** Accounting Horizons. v. 11, n. 3, p. 45-68, 1997.

KINGMA, B. R. **Public Good Theories of the Non-profit Sector: Weisbrod Revisited**, *Voluntas*, v. 8, n. 2, p. 135-148, 1997.

KISIL, M. **Organização Social e Desenvolvimento Sustentável: Projetos de Base Comunitária**. Org. 3ª Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KITCHING, K. **Audit value and charitable organizations**. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 28, p. 510-524, 2009.

KITCHING, K. A.; ROBERTS, A. A.; SMITH, P. C. **Nonprofit Resource Allocation Decisions: A Study of Marginal versus Average Spending**. *Journal of Governmental & Nonprofit Accounting*, v. 1, p. 1-19, 2012.

KRISHNAN, R.; YETMAN, M. H.; YETMAN, R. J. **Expensive Misreporting in Nonprofit Organizations**. *The Accounting Review*, v. 81, n. 2, p. 399-420, 2006.

LIMA, M. D. X. et. al. **Análise do Nível de Divulgação dos Ativos Intangíveis e Imobilizados das Companhias do Setor de Construção e Transporte da BM&FBovespa**. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 12., 2015, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2015. p. 1-16.

MARTINS, E. **Contabilidade por fundos**. IOB - Temática Contábil e Balanços. São Paulo, Bol. 32/90, 1990..

NAJAM, A. **Understanding the Third Sector: revisiting the prince, the march and, and the citizen**. *Nonprofit Management and Leadership*. v. 7 n. 2, p. 203-209, 1996.

OLAK, P. A. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, E. P.; COLARES, A. C. V.; FERREIRA, C. O. **Entidades do Terceiro Setor: Importância do Conhecimento e Cumprimento das Obrigações Acessórias**. In: Congresso Online – Administração, 12., 2014, Online. *Anais...* Online, 2014.

ORTMANN, A.; SCHLESINGER, M. **Trust, Repute and the Role of Nonprofit Enterprise in The Study of the Nonprofit Enterprise: Theories and Approaches**, editado por Anheier, H. e Ben Ner, A., Kluwer Academic / Plenum Publishers. 2003.

PARSONS, L.M. **Is accounting information from nonprofit organizations useful to donors? A review of charitable giving and value-relevance**. Journal of Accounting Literature. v. 22, p. 104-129, 2003.

PEREIRA, C. **Sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PESTOFF, V. A. **Third Sector and CO-Operative Services – An Alternative to Privatization**. Journal of Consumer Policy. v. 15, p. 21-45, 1992.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. **The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective**. New York, NY: Harper and Row, 1978.

RAMOS, F.; LIMA, R.; LINHARES, A. **Captação de recursos pelo terceiro setor: A importância de um intermediário como canal de comunicação entre doador e tomador**. Revista das Faculdades Integradas Vianna Junior, v. 1, n.1, 2010.

ROBERTS, A.A.; SMITH, P.; TARANTO, K. **Marginal spending and efficiency in charities**. In: Annual Conference of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action (ARNOVA), 32., 2003, Denver CO. *Anais...* Denver, 2003. p. 1-24.

ROBERTS, R.D. **A positive model of private charity and public transfers**. Journal of Political Economy, v. 92, n. 1, p. 136-48, 1984.

ROONEY, P. M.; HAGER, M. A.; POLLAK, T. H. **Research about fundraising and administrative costs**. In: AAFRC Trust for Philanthropy, Giving USA Update, 2., 2003, Indianapolis. *Anais...* Indianapolis, 2003.

ROSSETTO C.; ROSSETTO A. **Teoria Institucional e Dependência de Recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar**. RAE – Eletrônica, v.4, n 1, art. 7, 2005.

SALAMON, L. A **Emergência do Terceiro Setor: Uma revolução associativa global**. Revista de Administração, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SANTOS, E. D. **Organizações do Terceiro Setor: Qual é o lucro onde não há lucro?** 2009. Monografia (Ciências Contábeis), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, M. F.; DORTA, M. C.; SILVA, R. S. **A Importância das Entidades do Terceiro Setor para a Comunidade Paulo Afonsina: Estudo de Caso da Gestão do Terceiro Setor no Município**. Rios Eletrônica, v. 4, n. 4, p. 31-40, 2010.

SMITH, D. H. **Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, v. 20, n. 2, p. 137-150, 1991.

STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

SZAZI, E. **Terceiro Setor: temas polêmicos**. 1. São Paulo: Peirópolis, 2005.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, F.G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

TINKELMAN, D. **Factors affecting the relation between donations to not-for-profit organizations and an efficiency ratio**. Research in Governmental and Nonprofit Accounting, v. 10, p.135-162, 1999.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. **Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Organizations**. Advances in Accounting, v. 23, p. 263–285, 2008.

VATTER, W. J. **Corporate Stock Equities: Part I**. In: **BACKER, M. Handbook of modern accounting theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, p. 361-383, 1963.

VIOLIN, T. C. **Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública: Uma Análise Crítica**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

WARR, P. **Pareto optimal redistribution and private charity.** Journal of Public Economics, v. 19, n. 1, p. 131-138, 1982.

WEISBROD, B. A. **The Voluntary Nonprofit Sector.** Lexington Books, Lexington, Massachusetts, 1977.

WEISBROD, B. A. **Nonprofit Economy.** Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. **Demand for collective goods in private nonprofit markets: Can fundraising expenditures help overcome free-rider behavior?** Journal of Public Economics. v. 30, p. 83-96, 1986.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria – uma abordagem moderna.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

YOUNG, D.; R. STEINBERG. **Economics for Nonprofit Managers.** New York, NY: The Foundation Center, 1995.